

Grandiosa jornada de festa e luta assinalou o 1.º de Maio

- Centenas de milhares de trabalhadores saíram à rua em todo o país: e fizeram ouvir a sua voz: «O povo não quer a 'AD' no poder!»

Págs. centrais



No Porto, na Pr. Humberto Delgado



Em Lisboa, na Av. Almirante Reis

SAÚDE

- O Governo sai ainda mais doente do debate sobre a saúde na Assembleia da República

Pág. 3

Delegação da Etiópia Socialista desde ontem em Portugal

Encontra-se desde ontem no nosso país uma delegação da Comissão para a Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia (COPTE).

Os camaradas etíopes, que se deslocam a convite do CC do PCP e permanecerão no nosso país até sábado, realizarão diversas visitas que lhes permitirão um contacto mais directo com a realidade portuguesa e a actividade dos comunistas portugueses.

Comício em Alverca

Amanhã, às 21 e 30, no Cinema de Alverca, realiza-se um Comício de Amizade com a Etiópia Socialista, a que estará presente o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

INAUGURA-SE HOJE EM LISBOA (no «novo» Pavilhão dos Desportos) a exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP



- 700 metros quadrados de novos pavimentos
- 795 painéis ocupando uma área de 400 metros quadrados
- Mais de 6000 documentos
- Diaporama, música, desenhos, pinturas e esculturas

60 ANOS DA VIDA E DA LUTA DO PCP.

60 ANOS DA VIDA E DA LUTA DO POVO PORTUGUÊS.

60 ANOS DE HISTÓRIA DA NOSSA PÁTRIA.

PAVILHÃO DOS DESPORTOS-7 A 24 DE MAIO
DIAS ÚTEIS: 18 ÀS 23 H. - SÁB. DOM. : 15 ÀS 23 H.
(VISITAS GUIADAS)

Pág. 8

Hoje há

SUPLEMENTO

No próximo domingo 12.º ano vai a Tribunal

- Iniciativa da JCP

Pág. 6

Editorial

AS GRANDES LUTAS DE MASSAS NA RESPOSTA À CRISE

Quatro iniciativas políticas de natureza e amplitude diversas tiveram lugar nestes últimos dez dias tendo por pano de fundo uma aguda crise de carácter generalizado e de múltiplas incidências.

Foram quatro iniciativas de sinal contrário, fornecedoras de vasta matéria de reflexão política e de avaliação de forças extremamente úteis para uma caracterização correcta da situação nacional e a concretização das perspectivas favoráveis que se abrem à luta do Povo português.

Poremos num mesmo quadrante, pese embora as suas características distintas, as comemorações populares e democráticas do 25 de Abril e do 1.º de Maio — poremos no quadrante oposto o comício da «AD» no Campo Pequeno e a festinha campestre da UGT no Parque Eduardo VII.

A relação e o confronto destas quatro iniciativas fornece um quadro altamente sugestivo da situação actual.

Se as comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio em todo o País demonstraram com ilminar clareza a vastidão do leque político e o carácter francamente maioritário das forças empenhadas na defesa do regime democrático e das suas conquistas fundamentais, o comício nacional da «AD» de anteontem no Campo Pequeno e a patuscada da UGT no Parque trouxeram a lume e puseram por sua vez em evidência a estreiteza, o carácter minoritário e o isolamento político das forças reacçãoárias detentoras do Governo e dos seus locais divisionistas no seio do movimento operário e sindical em Portugal.

Umas, as primeiras, movimentaram o País de uma ponta à outra do Minho ao Algarve, do Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira — às outras, as segundas, bastou-lhes escassas centenas de metros quadrados para lhes dar a dimensão real.

Estas conclusões são de grande importância para a preparação e eclosão das novas batalhas políticas em perspectiva e para o revigoramento e intensificação do movimento operário e popular de massas em torno das reivindicações concretas e imediatas de carácter social e político, económico e cultural, dos trabalhadores e do Povo.

As gigantescas manifestações e concentrações unitárias e nacionais do 1.º de Maio representaram uma concludente derrota política da coligação governante e uma impressiva resposta popular às medidas reacçãoárias do Governo/Balsemão.

A torrente humana que desfilou do Martim Moniz à Alameda Afonso Henriques em Lisboa como a que inundou a Avenida dos Aliados e Praça Humberto Delgado no Porto, assim como as que encheram de animação as ruas e praças das principais cidades e vilas do País, exprimiram de maneira muito viva e directa a reprobção e o protesto enérgicos dos trabalhadores e do Povo contra a política social e laboral do Governo AD/Balsemão e da mesma forma a determinação popular de ver resolvidos problemas essenciais.

A impressionante maré popular do 1.º de Maio em Portugal recolheu o forte caudal de lutas e acções destes primeiros quatro meses de 1981, algumas das quais sob a forma de importantes movimentos grevistas através dos quais a classe operária portuguesa e outros vastos sectores do mundo do trabalho têm afirmado e seguramente continuarão a afirmar a ina-

balável determinação por fim à política anti-operária e anti-popular do Governo AD/Balsemão.

A experiência mostra que os trabalhadores portugueses não têm outra alternativa para obrigar o Governo a recuar e para obter a satisfação das suas reivindicações legítimas e imediatas senão intensificando a luta, reforçando a unidade, melhorando a organização.

O exemplo dos trabalhadores da Rodoviária Nacional que acabam de obter um importante êxito ao cabo de uma dura e porfiada luta, é instrutivo para todos os trabalhadores.

Podem os governantes e os políticos da «AD» continuarem a bater a estafada tecla de que as greves não são desencadeadas porque existam reais problemas e justas reivindicações, mas por motivações políticas, instiladas pelo PCP.

Isso não anula a realidade social do aumento do custo de vida sem contrapartida do aumento galopante dos salários, do aumento do desemprego, da cada vez mais injusta repartição do produto do trabalho a favor do patronato, implícita na baixa do salário real, da intensificação dos ritmos de trabalho e dos métodos repressivos contra os trabalhadores.

Os arautos da «AD» propalam que os aumentos de salários é que provocam os aumentos dos preços. Mas o último Relatório do Banco de Portugal é bem explícito quando diz:

«A análise dos factores do custo que determinam o ritmo de crescimento dos preços implícitos na despesa final total permite-nos identificar nos últimos anos os «lucros, Juros e Rendimentos» como sendo a principal componente dos custos para o processo inflacionista».

A lição do 1.º de Maio mostra que é a teimosa resistência do Governo AD/Balsemão que põe cada vez mais na ordem do dia a necessidade política de uma mudança e de uma alternativa democrática à «AD» e à sua maioria parlamentar, ao seu Governo, e a toda a sua política.

As grandiosas comemorações nacionais e populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio dão um relevo particular à crise e ao novo surto de desestabilização política e militar da «AD» e do seu Governo.

Não é um facto destituído de significado que a ofensiva reacçãoária contra a Constituição da República tenha passado à fase operacional no dia 25 de Abril com a apresentação pela «AD» de um texto de revisão inconstitucional da nossa Lei fundamental que a reduza a um farrapo.

Não são acontecimentos fortuitos o recrudescimento da guerrilha institucional contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução e a nova campanha de intrigas contra as Forças Armadas nas vésperas e logo ao dia seguinte da grande confraternização dos militares das três armas e de largos sectores das próprias forças militarizadas de exaltação do 25 de Abril.

Os insultos das hordas da «AD», de Freitas do Amaral e do próprio Balsemão ao PR no comício do Campo Pequeno são o cúmulo do desrespeito por um órgão de soberania.

Não são insepelíveis de toda esta ofensiva de desestabilização política e militar, os ataques conjugados da CIP e das outras confederações patronais, dos grandes capitalistas do antigamente, com inclusão do actual ministro das Finanças e do Plano, no chamado «Congresso das Actividades Económicas»

SEMANA Nacional

29

Quarta-feira



60 000 assinaturas na embaixada

É entregue a um funcionário da embaixada da Grã-Bretanha em Portugal (por não aparecer mais ninguém da representação diplomática) um abaixo-assinado com mais de seis mil assinaturas de cidadãos portugueses a solicitar ao governo britânico a tomada de medidas humanitárias e de justiça em relação ao patriota irlandês Bobby Sands, em greve da fome há 60 dias; uma delegação de deputados entregou, por sua vez, um abaixo-assinado com 60 assinaturas de membros de todos os Grupos Parlamentares da AR, menos o PPM ■ O primeiro-ministro Pinto Balsemão afirma que «o Governo trabalha para normalizar completamente o quadro de actuação da iniciativa privada» e que «aposta nos empresários portugueses» ■ Ilva Mackay, dirigente do Congresso Sul-Africano dos Sindicatos, convidada pela CGTP-IN para participar nas comemorações do 1.º de Maio, é impedida de entrar em Portugal pela Guarda Fiscal do aeroporto da Portela, que a forçou a embarcar num avião com destino a Londres; a GF argumentou que a sindicalista «não podia entrar» por não constar no seu passaporte o visto consular válido para o nosso país, apesar desta ter consultado antecipadamente o consulado português em Londres, onde lhe afirmaram não ser necessário o visto.

30

Quinta-feira



O regresso de Ilva Mackay

A Frente Comum, que integra 28 sindicatos da Função Pública, anuncia uma quinzena de luta com greves em todo o sector a partir do dia 11, para exigir a satisfação das suas reivindicações apresentadas ao Governo em Janeiro passado ■ Regressa a Lisboa a dirigente sindical sul-africana Ilva Mackay, ontem impedida de entrar no nosso país pela Guarda Fiscal do aeroporto por não ter «o visto» do consulado português em Londres no seu passaporte de refugiada política, passado pela ONU; recebida por um entusiástico grupo de sindicalistas portugueses, Ilva Mackay pôde regressar tão rapidamente graças à inérgica intervenção da CGTP-IN junto das autoridades ■ O PCP envia à embaixada da Bolívia em Lisboa um telegrama exigindo a imediata libertação do secretário-geral do PC da Bolívia, Jorge Kollé, e demais presos bolivianos ■ A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) anuncia a realização nos próximos dias 15, 16 e 17 do seu II Congresso Nacional.

1

Sexta-feira

Realizam-se por todo o país grandiosas jornadas comemorativas do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, organizadas pelo movimento sindical unitário, com particular destaque para as realizações de Lisboa e Porto; registaram-se, no total do país, concentrações e manifestações em cerca de 70 localidades ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, parte para a RFA para uma visita particular de três dias a convite do chanceler Helmut Schmidt ■ O chefe do Executivo madeirense, João Jardim, afirma à ANOP que o Governo Regional da Madeira «concorda» com a instalação de uma base naval da NATO em Porto Santo e já deu conhecimento da «sua posição» às autoridades; esta solicitude surge na sequência da declaração do comandante supremo das Forças Aliadas do Atlântico, Harry Train, de que a NATO «decidira» criar uma base naval na ilha de Porto Santo.

2

Sábado

Chega a Lisboa o primeiro-ministro espanhol Calvo Sotelo para uma visita particular de três dias ao nosso país, durante a qual terá conversações com o primeiro-ministro Pinto Balsemão e será recebido pelo Presidente da República ■ O porta-voz do Conselho da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves, declara à ANOP que o CR não actua sob pressões, venham elas de onde vierem, respondendo assim a um ataque feito pelo primeiro-ministro Pinto Balsemão na passada quarta-feira no Congresso das Actividades Económicas, a propósito da posição do CR quanto às sucessivas tentativas da «AD» de alterar inconstitucionalmente a lei das delimitações dos sectores público e privado.

3

Domingo

Segundo revela o secretariado da célula do PCP do BESCL, o conselho de gestão do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa «sacou cerca de 2 500 contos da conta do Fundo Social dos Trabalhadores do BESCL, limitando largamente a solução dos problemas dos associados do Fundo» ■ Realiza-se num hotel da capital francesa o encontro preparatório de Paris do Congresso das Comunidades, donde saíram críticas contundentes aos objectivos do próximo Congresso, à forma como foi constituída a sua comissão organizadora, política governamental para a emigração e ainda à mesa que dirigiu a reunião.

4

Segunda-feira



PCP explica interpretação

A imprensa noticia que a RDP-Sul (Rádio Comercial) vendeu uma hora diária do seu período nobre de emissão a um cidadão alemão federal, que transmitirá em inglês e alemão; o caso está a gerar tal controvérsia no Alentejo que o próprio PPDP/PSD se viu forçado a considerar «inaceitável» a decisão da RDP ■ Os cerca de 4 500 trabalhadores dos Serviços dos Transportes Colectivos do Porto (STCP) alcançam uma importante vitória nas negociações do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) da empresa, hoje concluídas, obtendo um aumento salarial de 24,5% ■ O secretário de Estado da Energia, que a semana passada visitou oficialmente a RP de Angola, revela que este país atribuiu à Petrolgal uma concessão para prospeção e exploração de petróleo numa das áreas da sua plataforma continental potencialmente mais ricas ■ Em conferência de imprensa o Grupo Parlamentar do PCP explica as razões gerais da interpeleção ao Governo por si requerida sobre política de saúde e que se iniciará amanhã na Assembleia da República.

5

Terça-feira

Trabalhadores agrícolas vão manifestar-se na próxima terça-feira, em Évora, contra a política do Governo; a concentração, convocada pelo sindicato do sector e pelo Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas Agrícolas, realizar-se-á junto do templo de Diana ■ Os trabalhadores da Rodoviária Nacional iniciaram uma greve de três dias às três horas da madrugada de amanhã, tendo a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários emitido um comunicado responsabilizando exclusivamente o conselho de gerência por mais esta paralisação, devido à sua intransigência nas negociações sobre salários, apesar de todos os esforços dos trabalhadores no sentido de se encontrar uma saída para o conflito.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 3 de Maio, de 1404 morre em Lisboa o doutor João das Regras, jurisconsulto que concorreu significativamente para a aclamação do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra de 1385, tendo vindo a ser, posteriormente, o chanceler-mor deste monarca.

A morte de Bobby Sands • PCP e JCP tomam posição

Poucas horas após ser conhecida a morte do patriota irlandês e deputado Bobby Sands, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

A morte do patriota irlandês Bobby Sands — ocorrida após 66 dias de greve da fome realizada com o objectivo de obter do Governo da Grã-Bretanha o estatuto de presos políticos para os republicanos irlandeses presos em cadeias britânicas — não pode deixar de suscitar aos democratas portugueses uma profunda indignação.

Recusando-se a tomar as mais elementares medidas de carácter humanitário insistentemente reclamadas por um vasto e diversificado movimento de solidariedade internacional, o Governo da Sr.ª Thatcher revelou bem a sua completa insensibilidade e frio desprezo pelos direitos civis e humanos, cuja defesa e respeito hipocritamente proclama.

A luta pela qual Bobby

Sands sacrificou a sua vida não pode ser desligada da manutenção do colonialismo britânico naquela parte da Irlanda contra a vontade e a justa luta do povo irlandês pela Independência e unidade da Irlanda.

A responsabilidade pela morte de Bobby Sands pertence inequivocamente ao colonialismo britânico com todo o seu cortejo de medidas repressivas em que se destacam, designadamente as cruéis e desumanas condições em que se encontram os presos políticos na Irlanda.

A circunstância de três outros presos políticos irlandeses se encontrarem há mais de quarenta dias em greve da fome, em óbvio perigo de vida, constitui um fundado motivo de preocupação e uma razão suplementar para que os democratas portugueses continuem a sublinhar a sua solidariedade com o povo irlandês.

Também o Secretariado da

Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa tomou pública a seguinte posição:

Bobby Sands morreu fruto da insensibilidade, bestialidade e violência do governo de Margaret Thatcher.

Ao denunciar a responsabilidade do governo inglês na consumação deste crime a JCP relembra à juventude portuguesa a atitude da maioria dos deputados da «AD» recusando um voto de solidariedade da Assembleia da República para com o jovem irlandês, agora desaparecido.

Bobby Sands morreu. Ficou ainda mais claro aos olhos do mundo, qual o verdadeiro valor da vida humana para a sr.ª Thatcher e os seus correligionários. Ficou demonstrada toda a sua hipocrisia quando falou em defesa dos direitos humanos! Que não se esqueça!

• Ler artigo na pág. 7

36.º aniversário da vitória sobre o nazismo

• Iniciativas em Portugal

Inserindo-se na luta mundial pela paz e de acordo com as resoluções da reunião da presidência do Conselho Mundial da Paz em Havana, em que participou uma delegação portuguesa de que faziam parte o general Costa Gomes, o padre Telles Sampaio, e o deputado Sousa Marques, vai realizar-se em Portugal uma semana de acção pela segurança na Europa, semana que se prende às comemorações do 36.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Grande Guerra Mundial.

Nestas comemorações destacam-se duas sessões públicas na Faculdade de Letras de Lisboa. Uma a realizar hoje, com o general Costa Gomes. Outra, dia 12, com a participação de José Magalhães Godinho, comandante Vítor Crespo, padre

Telles Sampaio (CPPC), António Borda (URAP), António Branco (Reunião Inter-Associações).

• O cosmonauta Victor Gorbátko em Portugal

Presente entre nós a convite da Associação Portugal-URSS, o cosmonauta soviético Victor Gorbátko, participará também nas comemorações no nosso país do Dia da vitória.

Assim, amanhã o cosmonauta soviético participará em sessões no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico e no Instituto Superior de Agronomia e no próximo sábado, dia 9, estará presente numa sessão dedicada ao aniversário da vitória sobre o nazismo, no Teatro Aberto

(à Praça de Espanha), em Lisboa, às 15 horas.

No domingo, às 10 e 30, Gorbátko visita o Museu do Ar, em Alverca.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SAFL Av. Santos Dumont, 57-3 1.º D.º — 1000 Lisboa Tel. 768744/768751

CDL a distribuição

Quais as vantagens e desvantagens da entrada para o Mercado Comum?

SECTOR POR SECTOR

ESTA COLECÇÃO DÁ A RESPOSTA

Agricultura • Pescas • Comércio • Transportes • Turismo • Indústria

— Alguns dos temas tratados nesta colecção

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 768725/768722

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SAFL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º D.º — 1000 Lisboa Tel. 779828/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º D.º — 1000 Lisboa Tel. 768705. Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2 1.º Esq. — 4000 Porto Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúja — 3000 Coimbra Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º Esq. — 1000 Lisboa Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2 1.º Esq. — 4000 Porto Tel. 381067. EXPEDIENTE: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora Tel. 900044. Composto e impresso na Heskia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Março: 67 975

Assembleia da República

Governo sai mais doente do debate sobre Saúde

O Governo «AD» vai ficar mais doente, tinha afirmado o camarada Carlos Brito na véspera da interelação do PCP ao Governo sobre Saúde. E desde o primeiro dia da interelação que foi visível a incapacidade governamental para responder às questões que não apenas dos comunistas mas do resto da oposição. Se Pinto Balsemão ou Carlos Macedo tivessem posto o termómetro, teriam visto a temperatura subir. Por isso talvez as respostas atabalhoadas e contraditórias dos ministros e secretários que intervieram no debate, sinal de delírio febril.

De facto, e o presidente do grupo parlamentar do PCP tinha já chamado a atenção para essa particularidade, uma interelação não é votada. A «AD» não pode assim

esconder uma derrota num debate com os votos maioritários dos seus deputados obedientes. Talvez por isso o Governo se mostrou rentente em aparecer — «o Governo foi à bruxa», disse

alguém da bancada comunista. Talvez também pela importância que a interelação revestia, alguns grupos parlamentares procederam a substituições no seu elenco: no PCP apareceu a cara nova de Emilio Peres e a já conhecida de José Ernesto; no MDP António Galhordas.

O reino do terror

O primeiro dia da interelação começou logo por extremar posições. No início,

a UEDS pretendia, com um requerimento, que fosse apreciado um voto de pesar pela morte de Bobby Sands, ao que o CDS respondendo de regimento na mão, se opôs, não tendo o PPD, onde alguns deputados tinham assinado um documento intercedendo pela vida do deputado irlandês, conseguido adoptar uma posição tão radical.

Emílio Peres, o primeiro deputado comunista a subir à tribuna, aproveitaria a intervenção para manifestar pesar pela morte daquele patriota. A oposição, de pé, guardou momentos de silêncio. Natália Correia também. Amândio de Azevedo, esse levantando-se incomodado, gesticulando. Não estava de acordo.

O deputado do PCP falava então da saúde que a «AD» propõe. Das taxas moderadoras, que apelidou de «multas». Do «quem quer saúde paga-a» do ministro. No que respeita às taxas para exames e tratamentos passamos para o reino do terror — disse. Como é que um trabalhador com baixa dispõe de 2 contos por mês para um tratamento crónico? Como é que as famílias de frágilíssimos recursos que habitam os «saúdáveis» bairros de lata ou que se amontoam com os filhos em quartos alugados aguentam os contos de reis em que podem importar uma requisição de algumas análises ou de um exame radiográfico mais completo?

Factos

Vamos a factos — disse depois o deputado comunista José Ernesto Oliveira. E, no ataque cerrado à política «AD», em que o PCP empenhou logo no início quatro deputados, aquele médico acusaria o Governo de restringir os orçamentos hospitalares, de impedir a transacção de saldos do ano anterior para o seguinte, de reter a publicação e redimensionamento de quadros de pessoal provocando a paralisação de serviços, de entregar

a reestruturação ao que chama «Know How» americano, de acordo com a sua política de privatização do sector público. E como paradigma da sua vocação centralizadora — afirmou — aí está essa ilegalidade, porque lhe são atribuídas funções sem que previamente tenha sido criado, a que se chama Gabinete de Instalações e Equipamentos de Saúde. E o deputado sublinhava a contradição entre as palavras e os actos do Governo a respeito de descentralização. Hoje praticamente não se pode trocar uma lâmpada em qualquer hospital desse país sem que o sr. eng.º Caetano, director do GIES tenha que de Lisboa dar a sua autorização!

Por seu lado, Vidigal Amaro, também do PCP, denunciava outros factos, aludindo aos problemas dos trabalhadores da saúde, atingidos pela política do Governo.

Ao negar o direito à negociação colectiva, ao adiar a publicação das suas carreiras, ao fugir ao diálogo com os sindicatos representativos, ao adiantar promessas que não cumpre, ao iludir perspectivas de formação e promoção, ao protelar a saída de quadros de pessoal ou a sua aplicação, o Governo «AD» pratica de facto uma política de injustiça social para com os trabalhadores da saúde — afirmou.

O que vimos

Zita Seabra apresentou as razões da interelação: porque a «AD» está a fazer uma política de saúde ao serviço dos grandes comerciantes, intermediários e das multinacionais e não ao serviço do povo e do País; porque a «AD» reforça e agrava a diferenciação dos portugueses entre pobres e ricos, reservando o direito à saúde só para quem possa pagá-lo (e pagá-lo cada vez mais caro); porque as condições de saúde dos portugueses pioram e os serviços públicos degradam-se; porque não diminuem, antes se agravam as diferenças entre o litoral e o interior, entre as

grandes cidades e o resto do País; porque, finalmente, a «AD» tem medo de discutir em público a sua política de saúde.

E a deputada, mais adiante, daria exemplos impressionantes do que as visitas dos parlamentares comunistas puderam ver em visitas que fizeram:

Visitámos maternidades onde as mulheres fazem o trabalho de parto sentadas em cadeiras, onde chegam a deitar duas numa cama só, maternidades onde há epidemias não se sabe porque (mas morrem crianças); maternidades onde mulheres são mandadas para casa 24 horas depois de terem o filho, alcançado um triste record europeu... Visitámos serviços de obstetrícia como o Hospital de Santo António do Porto, que encham de raiva e de ódio quem lá vai, quem lá trabalha e quem lá está. Como é possível que os nossos filhos continuem a nascer em tais condições?

E depois de mais tristes exemplos de como a saúde é doente em Portugal, Zita Seabra dirigiu ao Governo nada mais de 13 perguntas. Mas, como se viu depois, o Governo não estava preparado ou não queria responder.

Defesa zangada

Zangado e jogando à defesa, foi a vez de o ministro falar improvisadamente. Acusou logo os comunistas de entrar em pormenores e não de discutir política geral. E a Câmara de não poder permitir-se debates assim. Admitiu entretanto que havia problemas que não poderiam encontrar respostas senão conjunturas. Que não pedissem em três meses (a reacção da oposição obrigou-o a alargar o período para 12 e depois para 15 meses...). a resolução dos problemas. E depois embrenhou-se em preços: quanto custa um hospital, uma cama, um técnico. Finalmente, depois de ter redito que na televisão já dissera tudo, anunciou o fim do SNS e a nova



O Orçamento não chega? Pudera!

Alguns números apresentados por Zita Seabra, respeitantes ao distrito do Porto — o distrito do secretário de Estado da Saúde que insistira tanto em números, esquecendo que a saúde é um direito que não tem preço — embaraçaram o Governo. Quanto foi pago à «privada», perguntou a deputada comunista?

Números: a um médico, para análises, os Serviços Médico-Sociais pagaram, em Janeiro de 80, 310 785\$00; ao mesmo, um ano depois, 862 875\$00! A outro clínico, também para análises, em Janeiro de 80, 704 503\$00; no ano seguinte, 1 294 437\$00. Ainda para análises, a mais outra entidade privada: em Fevereiro de 80, 762 881\$00; no ano seguinte, 2 029 310\$00. A outra ainda: em Fevereiro de 80, 445 560\$00; em Fevereiro de 81, 528 565\$00. Quanto a Raios X, apenas três entidades privadas ganharam, em Janeiro de 1980, 927 036\$60 e, em Janeiro deste ano, 1 959 776\$70! Dizem que o Orçamento não chega! Pudera!

lei «de saúde», atacando o Serviço Nacional de Saúde como dogmático.

Amalut, do PS, classificaria o discurso ministerial de lamentável, de revelar uma visão capitalista dos custos. Após a intervenção de A. Galhordas, do MDP e de O. Cunha, da UEDS, veio o secretário de Estado da Saúde falar. Pretendeu abordar «de maneira culta» os problemas, distribuindo os epítetos pouco bonitos aos discursos da oposição. E voltou aos preços: cinquenta escudos um par de luvas, não sei quanto uma seringas. E aos verbos:

«redimensionar», «reestruturar», «implementar».

Protestando, Zita Seabra denunciaria a assinatura de convenções entre o Governo e instituições privadas, ao mesmo tempo que desmascarava o suposto princípio da universalidade de cuidados de saúde que o ministro invocava. Como se pode garantir o princípio da universalidade se não há o princípio da gratuidade?, perguntou. E, em jeito de hipótese exemplificativa: Um varredor da rua tem o direito de passar uma noite no Ritz. Não tem é o dinheiro para tal.

Poder local

Levar à conferência experiências vivas da gestão local

Na preparação da Conferência sobre o Poder Local assume particular importância a recolha de experiências concretas da gestão democrática das autarquias. Como o «Avante!» tem vindo a referir, o relato de tais experiências — bem como as colhidas em autarquias de maioria de direita — levarão à Conferência uma vivacidade e uma riqueza que o debate dos problemas de fundo não poderá contemplar.

A título de exemplo publicamos hoje os depoimentos de dois presidentes de Juntas de Freguesia de maioria APU no distrito do Porto — Sebolido (Penafiel) e Santa Marinha do Zêzere (Baião).

Vivendo situações bem distintas, aquelas duas Juntas têm em comum, por um lado, o bolcote e a hostilidade que lhes é movida pela «AD» (quando não mesmo pelos eleitos do PS) e, por outro lado, a confiança crescente das populações.

Sebolido: apoio da população

Confiança bem patente em Sebolido onde, como afirma o camarada Manuel Pinheiro, presidente da Junta de Freguesia, a mobilização popular permitiu a resolução de problemas que de outra forma ainda estariam por resolver.

Embora a freguesia de Sebolido não tenha sido contemplada com nenhuma obra camarária — diz Manuel Pinheiro — e malgrado a inflação registada, os dinheiros administrados pela Junta em 1980 tiveram uma valorização de 47 por cento, traduzida em 239 horas de trabalho voluntário e na oferta de mais de uma centena de contos noutros serviços e materiais, como aliás fica claro no Relatório de Contas de 1980 recentemente aprovado por unanimidade.

Podemos mesmo afirmar que em certas obras realizadas na freguesia o capital gasto pelo executivo teve uma valorização de mais de 300 por cento, graças ao apoio da população.

Esse apoio totalizou cerca de 32 por cento de todas as obras executadas, que movimentaram mais de noventa contos, chegando a atingir em casos pontuais 67 e até 75 por cento.

Em cada Junta, em cada Câmara, há certamente inúmeras experiências de trabalho cuja divulgação será importante para todos quantos se empenham neste sector

Esta grande mobilização popular na resolução dos problemas da freguesia é no entanto prejudicada pela política que vem sendo seguida pelo Governo «AD», nomeadamente devido à não aplicação integral da Lei das Finanças Locais. No entanto, e apesar de todas as dificuldades, o executivo de Sebolido está firmemente disposto em prosseguir no corrente ano o seu trabalho na

freguesia, certo de que, sempre em estreita ligação com a população, será possível concretizar alguns dos seus maiores anseios.

St.ª Marinha do Zêzere: a confiança popular

A experiência que os eleitos da APU em St.ª Marinha do Zêzere vão levar à Conferência é substancialmente diferente.

A análise destas eleições — diz o camarada Serafim Amorim, actual presidente da Junta de Freguesia — tem que ser feita à luz dos acontecimentos anteriores à queda da Junta presidida pela APU, que durante o seu curto mandato enfrentou inúmeros problemas.

Logo após as eleições de 1979 se concretizou a aliança PS/«AD», que distribuíram entre si os cargos de tesoureiro e secretário da Junta, bem como a presidência da Assembleia de Freguesia. Apesar disso e embora não houvesse dinheiro nem sequer plano de actividades deixados pelo executivo anterior (PS), de imediato se começaram algumas obras e melhoramentos, com dinheiro que o próprio presidente avançou. Assim se construiu um lavadouro, se abriram e calcetaram diversos caminhos.

Pela primeira vez foi elaborado um plano de actividades, que nunca chegaria a ser discutido na Assembleia de Freguesia devido à oposição dos eleitos do PS e «AD», ali em maioria. Essas mesmas forças pressionavam a Câmara para que não fosse dada colaboração à freguesia, porque tal iria beneficiar os comunistas!!! Entretanto, o tesoureiro impedia a utilização de verbas ao mesmo tempo que se recusava

o reembolso do dinheiro avançado pelo presidente para a realização de obras.

Com os resultados eleitorais de 5 de Outubro na freguesia (eleições legislativas) e a atribuição de algumas centenas de contos, os eleitos do PS e da «AD» consideraram estar criadas as condições para derrubar a Junta, o que fizeram sob o falso pretexto de que o Presidente eleito pela APU havia utilizado abusivamente dinheiros públicos.

A Junta caiu. Com o apoio da Câmara («AD») que nomeou uma Comissão Administrativa de que a APU não fazia parte, começou a campanha de calúnias e difamações contra a APU. Paralelamente, com a verba que tanto havia demorado a chegar, começaram a todo o vapor algumas das obras anterior-

mente planeadas. Procurava-se acima de tudo mostrar trabalho e deixar claro que o que St.ª Marinha do Zêzere precisava para ter verbas era de uma Junta «AD».

A manobra não resultou. Às calúnias e à demagogia a APU respondeu com o esclarecimento. E fomos a única força que consolidou e reforçou significativamente a sua votação, o que exprime de forma clara a confiança que em nós deposita a população de St.ª Marinha do Zêzere.

Agora preocupamo-nos o futuro. Queremos trabalhar com todos aqueles que estejam dispostos a trabalhar. As condições são mais favoráveis que anteriormente, uma vez que os elementos eleitos pelo PS se mostram mais abertos à unidade em torno dos problemas locais.

BREVES

Mai vão as coisas na Bemposta

O presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, no concelho de Abrantes, eleito do PSD, decidiu, sem autorização do executivo e da Assembleia de Freguesia, oferecer à GNR de S. Facundo um televisor no valor de dezoito contos — informa o Boletim da APU daquele concelho.

Como o Povo Unido faz notar, aquela atitude é bem elucidativa do interesse que a direita tem pelas necessidades da Freguesia, onde continuam por resolver problemas tão graves como a electrificação de alguns casais de Vale de Horta ou a falta de água canalizada na maioria das localidades da freguesia.

Mas também na freguesia de S. Facundo os eleitos do PSD dão que falar, tendo recentemente a Assembleia de Freguesia decidido proceder à substituição do presidente do executivo que perdera o mandato por falta. Outro bom exemplo do interesse que tais senhores nutrem pela gestão autárquica.

Entretanto, continuam no concelho de Abrantes os trabalhos preparatórios do Encontro Distrital da APU que se realiza no próximo dia 17 de Maio.

Reunião das Comissões de Moradores de Lisboa

A Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores do distrito de Lisboa reúne-se no próximo sábado, dia 9, às 15 h, no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio.

Da ordem de trabalhos consta entre outros temas, a preparação do II Encontro Distrital das Comissões de Moradores, a elaboração dos planos de actividades para 1982 e ainda a análise das relações existentes entre aquelas organizações populares e os órgãos autárquicos das respectivas freguesias e concelhos.

Eleições em Campelo

Realizam-se no próximo domingo, dia 10, as eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Campelo, no concelho de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria. A anterior Assembleia de Freguesia era composta por seis elementos da «AD» e três do PS, tendo as eleições sido provocadas pela demissão da «AD», a braços com desinteligências internas.

Um trabalho de todos

A Conferência do PCP sobre o Poder Local que se vai realizar a 21 de Junho próximo, em Almada, exige dos organismos de direcção do Partido, dos militantes e das organizações um activo empenhamento e um intenso trabalho de preparação.

Como se faz notar em recente nota distribuída pela Comissão Organizadora da Conferência, esta não é apenas das camarárias directamente relacionados com uma frente de trabalho, mas sim uma Conferência do Partido sobre uma frente de trabalho que tem múltiplas relações com outros sectores da actividade do Partido. Tal decorre, aliás, do facto de as autarquias serem chamadas a intervir, em maior ou menor medida, na generalidade dos sectores da vida das populações.

Assim, cabe aos organismos dirigentes do Partido a incentivo e alargamento do debate em torno dos 49 textos gerais já distribuídos, levando a sua leitura, estudo e trabalho individual e colectivo a outros democratas interessados em participar no aprofundamento dos temas em discussão e na preparação da Conferência. Contudo, como salienta a nota da Comissão Organizadora, os referidos textos estão muito longe de esgotar o objectivo da Conferência. As organizações e militantes terão de elaborar dezenas e até centenas de intervenções sobre o que constitui a maior riqueza do Poder Local democrático, e terá de constituir a maior riqueza da própria Conferência: as experiências concretas que existem de Norte a Sul do País.

A APU, uma das forças concorrentes ao acto eleitoral, distribuiu recentemente um manifesto à população em que apela ao voto, salientando a importância de levar aos órgãos de poder local da freguesia «homens e mulheres honestas, trabalhadores e que estão dispostos a contribuir para o bem-estar da população».

No seu programa de acção a APU aponta como problemas prioritários a resolver, entre outros, a melhoria das ligações rodoviárias à sede do concelho; a criação do ensino pré-primário em Campelo; a criação de uma sala de convívio para a juventude; a defesa das reivindicações populares em relação às latadas e a defesa intransigente dos baldios, pertença do povo.

Encontro da APU em Santarém

Realiza-se no próximo dia 17 de Maio, na Casa do Campino em Santarém, o Encontro Distrital de Eleitos e Activistas da APU nas autarquias locais.

O Encontro, cujos trabalhos se iniciam às 10 h, têm vindo a ser preparados com dezenas de reuniões em todos os concelhos e em muitas das freguesias, o que permitirá fazer o levantamento da situação no distrito e o balanço da actividade dos eleitos da APU no mandato corrente.

No local do Encontro estará patente uma exposição fotográfica e documental sobre a actividade da APU nas autarquias e será feita a projecção de filmes, slides e diaporamas sobre aspectos salientes do trabalho realizado.

Não culpem a seca se o barco parar

Não culpem a seca se o barco parar é o sugestivo título com que o Boletim Municipal do Montijo alerta a população para a possibilidade de algumas das carreiras Montijo-Lisboa-Montijo virem a ser suspensas a curto prazo, devido ao assoreamento que se verifica junto do batelão onde atracam os barcos. O problema está num diferendo entre a Administração-Geral do Porto de Lisboa e a Transtejo, sobre quem deve mandar dragar a cala. Como o Boletim refere, embora não caiba à Câmara resolver o conflito, esta está já a desenvolver esforços para que a morosa carreira Montijo-Lisboa ainda o não seja mais.

Aniversário de «Esteiros» comemorado em V. Franca



Soares Pereira Gomes

As comemorações do 40º aniversário da publicação de «Esteiros», de Soares Pereira Gomes, que desde Dezembro do ano findo têm estado a decorrer no concelho de Vila Franca de Xira, encerram no próximo sábado, dia 9, com um grandioso espectáculo a realizar na Praça de Touros daquela localidade.

O espectáculo de encerramento será antecedido de dois desfiles

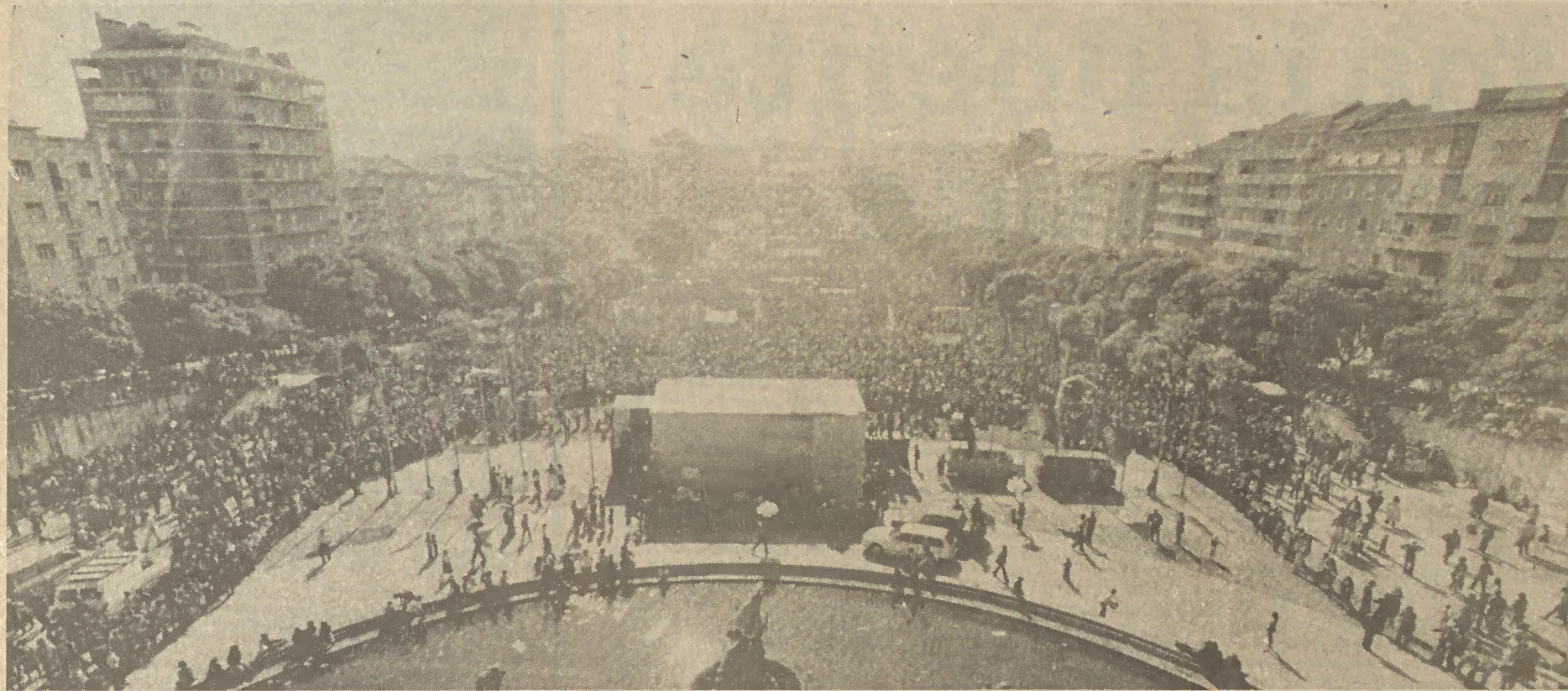
populares que evocarão as graves operárias de 8 e 9 de Maio de 1944 e o fim da guerra em Maio de 1945. A concentração para os desfiles está marcada às 19 e 30, para a Praça 7 de Março, em Alhandra e Praça do Alegrete, em Vila Franca, com destino à Praça de Touros.

Na sessão que ali se vai realizar intervirão, entre outros, os camaradas Dias Lourenço, da Comissão Promotora das

Comemorações, e Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, além de um grevista de 1944.

Recorde-se que o 40º aniversário de «Esteiros» foi comemorado com inúmeras iniciativas de carácter cultural que compreenderam a realização de colóquios, filmes, teatro, e exposições itinerantes por todo o concelho, sob o patrocínio da Câmara de Vila Franca.

Trabalhadores



A Alameda de D. Afonso Henriques, em Lisboa, depois do grandioso desfile

1.º de Maio em Lisboa já não cabe na Alameda!

Para quem não saiba, a avenida Almirante Reis é uma enorme artéria lisboeta com alguns quilómetros de extensão, quatro largas faixas de rodagem e passeios razoavelmente amplos. Estende-se entre duas praças, Areeiro e Martim Moniz, e debita em média diária um dos maiores volumes de trânsito da capital. A escassas duas centenas de metros do Areeiro cruza-se com a Alameda de Afonso Henriques, gigantesca praça onde há anos os trabalhadores e o povo de Lisboa e Setúbal culminam os festejos do 1.º de Maio. Festejos que sempre começam horas antes, uns quilómetros para lá da Alameda, exactamente no largo Martim Moniz, onde se faz a concentração para o desfile. Já imaginaram o que é isto tudo sem trânsito automóvel e cheio de gente? Então estão a ver o 1.º de Maio de 1981 durante as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador promovidas em Lisboa pela CGTP-IN.

Quem anualmente queira acompanhar com olhos de ver esta jornada maior de luta e fraternidade promovida pelo movimento sindical unitário neste local de Lisboa tem duas, talvez três hipóteses: ou se coloca num ponto do percurso para assistir ao desfile, ou se incorpora nele para, horas depois, chegar à Alameda, mergulhar na extensão e profundidade da festa, ou ainda, numa possível terceira alternativa, se lançará a percorrer incansavelmente o trajecto e os espaços do desfile-concentração.

Este ano, todavia, as coisas apresentaram-se particularmente difíceis para tais diligências de observação. Havia pessoas em todo o lado: na Alameda antes e depois da chegada do desfile, nos passeios, nas janelas, ao longo de toda a avenida... Entretanto lá ao fundo, para os lados do Martim Moniz, crescia o clamor compacto da multidão que, pelas 14 horas, iniciava o desfile em marcha cerrada, a roçar ambos os passeios povoados, ocupando lentamente toda a avenida. Às 17 horas a Alameda de Afonso Henriques, cheia de topo a topo, já expelia gente por todas as artérias confluentes, enquanto o desfile mal saía do adro, estendendo-se ainda por quase dois quilómetros...

Quantas centenas de milhares de pessoas estiveram nestes festejos do 1.º de Maio da CGTP-

IN em Lisboa? Ultrapassaram o meio milhão? Eram mesmo «milhões» como temia, àquela hora e no Parque Eduardo VII, em Lisboa, um atarantado divisionista da UGT, em angustia pilhéria aos seus escassíssimos milhares de ouvintes?

Bom, milhões, propriamente, é temer exagerado... nem Lisboa tem tanta gente! Fiquemo-nos sobretudo por um dado inofensivo — eram muitas centenas de milhares de trabalhadores de todos os sectores de actividade, trabalhadores das fábricas, dos campos da Reforma Agrária, dos escritórios, dos serviços, gente que labora, produz e sustenta este país a todos os níveis. Gente que é o nosso Povo e foi ali dizer não, veementemente não à política antipopular conduzida por sucessivos Governos reaccionários, agora continuada por este Executivo Balsemão.

Contabilizar o quê?

Aqui sim, há que contabilizar. E há que contabilizar duas entre várias coisas: a dimensão de um protesto e a força de uma exigência — protesto contra a política gravosa do Governo AD/Balsemão, exigência pelo fim imediato dessa política. As palavras de ordem incessantemente gritadas pela multidão foram a expressão viva desse protesto e dessa exigência. Nelas se desmascarou a demagogia

eleitoral da coligação de direita («O que a AD prometeu/foi um mar que lhe deu»), se denunciou este Governo («Governo Balsemão é desemprego e exploração»), se exigiu o fim desta política («O Povo já se vê/Não quer o Governo AD»). Mas também se clamou contra os ataques às conquistas da Revolução (Reforma Agrária, nacionalizações), os direitos dos trabalhadores, a liberdade de informação, a unidade sindical. E defendeu-se a Paz, o desarmamento, realçou-se a solidariedade com todos os povos em luta contra a opressão e exploração capitalistas.

O desfile e a festa

Delegações do Secretariado Nacional da CGTP-IN e das restantes organizações promotoras das comemorações encabeçavam o desfile, seguidas por delegações estrangeiras. Presente também uma delegação do Partido Comunista Português integrada por Alvaro Cunhal, secretário-geral, Carlos Costa e Octávio Pato, ambos do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, Maria Vilaverde Cabral e Abolm Inglês, do CC do PCP.

Inúmeras, as empresas representadas: Siderurgia, Mundet, EDP, EPAL, Marconi, TLP, CTT, Metropolitano, CP, Carris, Rodoviária Nacional, Autocooop, CTM, EFACEC, Petrogal, UTIC, Banca, Gulbenkian, Novo Rumo, Novembal, INAPAL, Luso Italiana,

Guérin, Sismet, Fábrica de Braco de Prata, Mompur, Ar Líquido, Cel Cat, Titan, infantário ICCO, companhias seguradoras, etc. Bem como representações de muitos sindicatos, nomeadamente da Construção Civil e Transportes Rodoviários de Setúbal, Telecomunicação, Transportes de Lisboa, Indústrias de Bebidas, Ferroviários, Indústrias de Celulose, Têxteis, Função Pública, Professores, Médicos, Enfermeiros, Magistrados do Ministério Público, etc, etc. Presentes também representações das autarquias e comissões de moradores e trabalhadores da comunicação social, entre os quais o «Diário de Lisboa», EPNC, ANOP, «o diário», revista «Mulheres» e «Notícias da Amadora», reclamando a reposição da legalidade no sector.

O cortejo era também incorporado por dezenas de carros alegóricos construídos em todos os pormenores pelos trabalhadores, a maioria dos quais lançando uma crítica mordaz ao governo da direita ou formulando uma exigência nacional. Como o «não» à corrida aos armamentos, espectacularmente expresso numa composição cénica montada sobre um camião, sugerindo as sinistras consequências do belicismo imperialista.

As intervenções do comício realizado na Alameda, que referimos noutra local desta edição, a cargo de Jerónimo de Sousa, da comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), e Armando Teixeira da Silva, coordenador da Comissão Executiva e do Secretariado Nacional da CGTP-IN. Conceição Morais, do Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal, apresentaria uma moção exigindo o fim da subida

galopante do custo de vida. Seguir-se-ia um pequeno espectáculo dinamizado por Maria Dulce, José Jorge Letria e o grupo «Trovante». A festa continuava, de mãos dadas com a formidável jornada de luta: Abril continuava a cumprir-se em



Maio. Quatro horas depois do início da marcha, o desfile chegava enfim, todo, à Alameda. Eram mais de 18 horas e já muita gente encetara o regresso a casa. Todavia a Alameda continuava compacta e cheia. E em festa.



Sobre o significado político das comemorações

O significado político do 1.º de Maio foi este ano assinalado por um acontecimento imprevisto que, para além dos seus aspectos condenáveis e que já foram motivo de protesto, serviu para destacar o carácter internacionalista das comemorações que nesse dia se realizam por todo o mundo. O caso de Iva McKay, a dirigente do Congresso Sul-Africano dos Sindicatos embarcada à força de regresso a Londres, depois de não ter podido abandonar sequer o aeroporto de Lisboa onde chegara para participar no 1.º de Maio promovido pela CGTP-IN, veio dar um exemplo concreto dos extremos a que pode chegar a repressão em países como o dela, a África do Sul, o Chile de Pinochet e outros onde os povos lutam pela libertação — alguns deles bem significativamente representados no desfile e no comício da Alameda em Lisboa.

O internacionalismo das comemorações portuguesas, referido em vários documentos do Movimento Sindical Unitário, foi, por outro lado sublinhado não só pela determinação posta no protesto e nas acções conducentes à vinda efectiva de Iva McKay, que acabou por estar presente, mas ainda pela própria direcção do ataque contra a submissão crescente do nosso País, como refere, aliás um passo do comunicado da Comissão Política do nosso Partido sobre o 1.º de Maio, «ao imperialismo norte-americano



Armando Teixeira da Silva, membro da comissão executiva do secretariado nacional da CGTP-IN, durante a leitura da intervenção do secretariado no comício da Alameda, em Lisboa

e à política de guerra fria», submissão essa bem demonstrada pela política deste Governo que está na disposição de «ceder território português para a instalação de novas armas nucleares», posição que, ainda segundo o mesmo comunicado, «atingem a dignidade e a independência nacionais e fazem recair sobre Portugal sérios perigos para a sua própria existência».

Por isso se assiste hoje, como seria referido no comício da Alameda durante a intervenção do secretariado nacional, e também por essas razões, «a uma poderosa acção dos trabalhadores e do seu movimento sindical unido em torno da CGTP-IN contra a política do Governo e a ofensiva reaccionária do grande patronato».

Além do internacionalismo

temos também a caracterizar visivelmente o 1.º de Maio deste ano a recusa da política do Governo AD/Balsemão que, citando novamente a intervenção do secretariado, «está exclusivamente ao serviço do grande patronato e do imperialismo».

É o próprio Governo, — note-se, — que, com a presença do Primeiro-Ministro e de mais cinco ministros no II Congresso das Actividades Económicas avalisa as exigências do grande patronato de total liberalização dos preços, de liberalização da lei dos despedimentos, de desmantelamento das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, de limitação do direito à greve e até de redução dos subsídios de férias.

Uma terceira caracterização

a destacar é por fim a continuação da luta. O secretariado nacional da CGTP-IN tem sido muito claro e não fugiu a essa altura: comício da Alameda, em Lisboa, quando reafirmou para centenas de milhares de trabalhadores que a luta continua enquanto não houver uma política e uma vontade de mobilizar os nossos interesses (os interesses dos trabalhadores) e do Partido de Abril.

O reforço da unidade dos trabalhadores organizados em massas populares e o agravamento dos problemas nacionais, a combatividade e a extensão da luta à Constituição da República, segundo a intervenção do secretariado «representa para os trabalhadores o projecto de futuro livre da exploração e da opressão», o cadente reivindicativo da Central o crescente isolamento do Governo foram ainda outros temas que caracterizaram politicamente este 1.º de Maio durante a celebração do 1.º de Maio da CGTP-IN reafirmou a vontade de mobilizar os trabalhadores para intensificar a luta de massas para conseguir criar as condições «para uma nova política e um Governo que prossiga os ideais de Abril».



Nas primeiras filas da manifestação, os representantes dos povos em luta, as delegações fraternais

Delegações estrangeiras falam ao «Avante!»

Estiveram presentes nas comemorações do 1.º de Maio delegações estrangeiras convidadas pelo Secretariado da CGTP-IN, representando a União Nacional dos Trabalhadores da Angola (UNTA), a Central Operária Boliviana (COB), o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (SACTU), a Central Unitária Salvadoreña (CUS), a NUNW da Namíbia, a Federação dos Sindicatos da Palestina (FSP), a Central Sandinista do Trabalho (CST) da Nicarágua, a Convenção Nacional dos Trabalhadores do Uruguai (CNT) e a Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT).

Estas delegações participaram na noite da passada segunda-feira numa sessão de solidariedade promovida pela Cintura Industrial de Lisboa (CIL) e União dos Sindicatos de Lisboa (USL).

O «Avante!» solicitou breves impressões sobre o 1.º de Maio em Lisboa a três desses representantes: Simon Reyes, dirigente da Central Operária Boliviana e membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista da Bolívia (dado como morto na sequência do golpe fascista do ano passado e que seria libertado pela Junta de Garcia Meza graças à solidariedade internacional), Ramon Martinez, representante da Central Unitária Salvadoreña (El Salvador) e Ricardo Robleta Espinoza, da Central Sandinista dos Trabalhadores (Nicarágua).

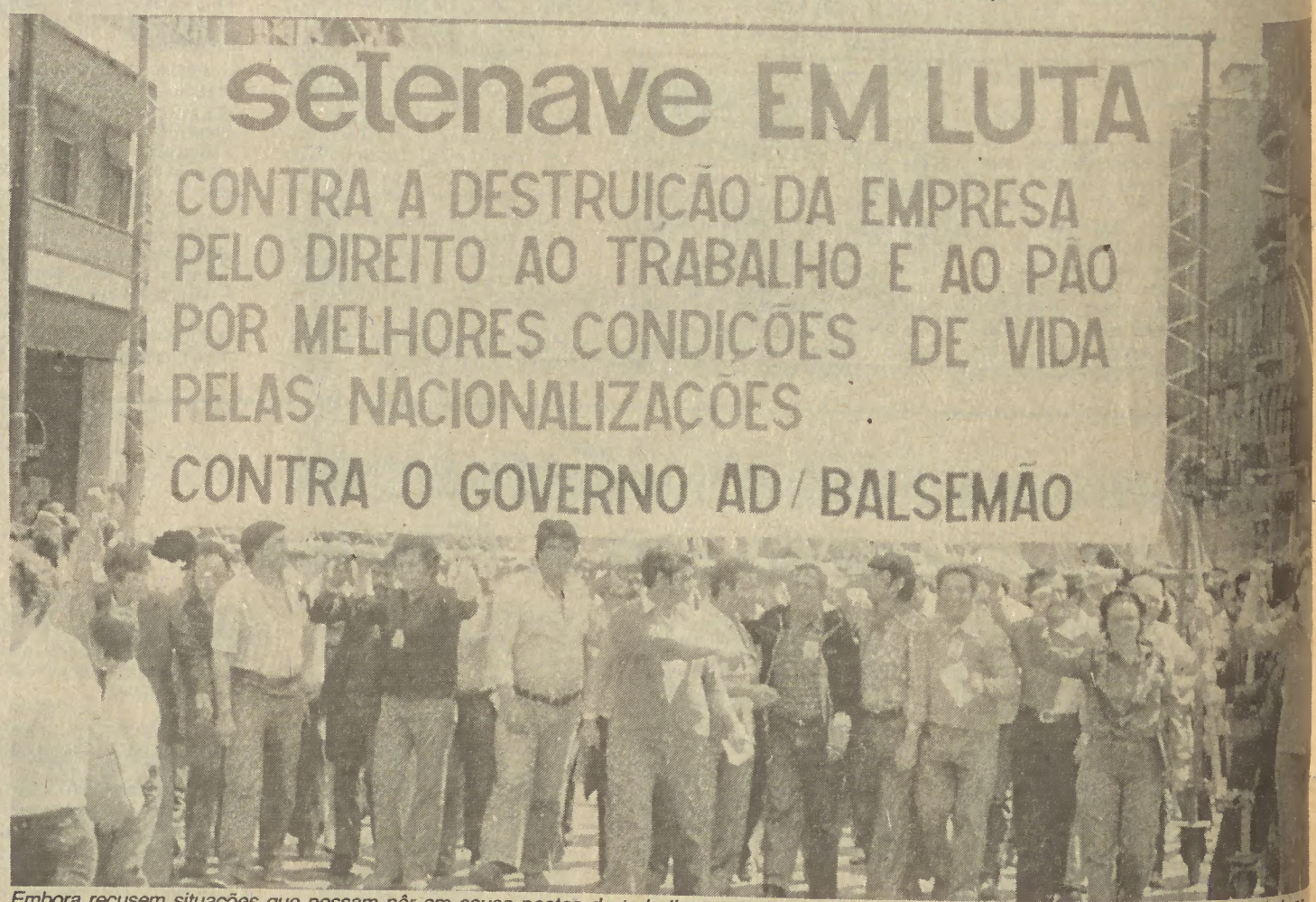
Simon Reyes: — «Foi inolvidável assistir a este 1.º de Maio em Lisboa, pois vi milhares de trabalhadores nas ruas a mostrar a sua unidade e a sua força, a disposição em lutar pelos seus direitos e para que as bandeiras de Abril de 1974 se mantenham e avancem. Ao mesmo tempo pude sentir

o espírito solidário dos trabalhadores portugueses com todos os povos que lutam contra a opressão, o racismo e o colonialismo, o fascismo e o sionismo. Quanto à América Latina, não obstante estar longe geograficamente, eu senti que o Povo português está bem identificado com a luta dos seus povos. Em resumo: foi uma jornada extraordinária de luta e solidariedade».

Ramon Martinez: — «Não tenho palavras que expliquem o que senti perante este 1.º de Maio que pude ver e conviver com os trabalhadores portugueses: pude comprovar uma vez mais que a classe trabalhadora é a vanguarda que pode exigir e conquistar todas as reivindicações que se colocam; e foi emocionante escutar a voz de muitas e muitas dezenas de milhares de pessoas, o grito solidário da liberdade que se conquistará com a unidade

da classe construtora de uma nova sociedade justa, sem fome, miséria e repressão. E o grito «25 de Abril sempre» seguirá sendo o grito de todos os povos do mundo».

Ricardo Robleta Espinoza: — «O 1.º de Maio que vivi em Portugal foi em primeiro lugar a unidade dos trabalhadores à volta da CGTP-IN, e isso mostra que a central sindical portuguesa realizou um bom trabalho no seio da classe trabalhadora. E foi também espírito internacionalista. Isto demonstra que o 1.º de Maio se constrói e que não há concentrações destas sem o trabalho de unidade da central sindical, unidade que é fundamental para a classe trabalhadora. Portanto vi duas coisas essenciais: a unidade, capacidade de organização e mobilização da CGTP-IN — que é muito importante — e o internacionalismo deste 1.º de Maio. É neste caminho que se constrói o futuro».



Embora recusem situações que possam pôr em causa postos de trabalho, os trabalhadores da Selenave afastam qualquer responsabilidade na degradação da empresa e continuam a não aceitar a proposta de 26 de Março — «tabela de 8,5 por cento e pacote insultuoso» — segundo a Comissão Intersindical comunicou recentemente à administração



O espaço enorme de duas grandes praças e de uma Avenida no Porto repleto de centenas de milhares de manifestantes

Multidão imensa saiu à rua no Porto

Saindo à rua para celebrar o 1.º de Maio, a população do Porto e dos concelhos do Grande Porto ocupou literalmente toda a vasta área compreendida entre a P. Humberto Delgado e a Praça da Liberdade. Uma multidão que se prolongou ainda nas concentrações que, fora da cidade, se realizaram em Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco, Freimunde, Paços de Ferreira, Sta. Marinha Grande do Zêzere (Baão), Lordelo (Paredes), Penafiel e Sto. Tirso.

O povo trabalhador do distrito do Porto, saiu à rua, às centenas de milhares, numa jornada de alegria, unidade e luta, em que ficou inequivocamente afirmada a sua determinação em lutar por uma vida digna e em preservar e desenvolver as conquistas de Abril.

«O povo tem razão, vai-te embora Balsemão», «Está na hora, está na hora, Balsemão vai-te embora», «Cabaz da AD é de fome, não se vê», «Tecto salarial só interessa ao capital», «Reforma Agrária em frente é pão para toda a gente», «CGTP, unidade sindical», «O clamor da multidão que desde o início da tarde se concentrou na baixa portuense e que se ouvia ainda pelas ruas da cidade por onde passou o imenso desfile que as percorreu por mais de duas horas. Antes, foi o comício perante uma tribuna onde se encontravam os dirigentes sindicais, representantes da USP e da CGTP-IN. Ernesto Silva, dirigente sindical dos Gráficos e membro da Comissão Executiva da USP denunciou o Governo AD/Balsemão, «cuja prática diária é o agravamento da exploração dos trabalhadores, através do aumento dos preços dos produtos essenciais e da tentativa de impor o tecto

salarial». E a propósito referiu-se à luta dos STCP, que como referiu e se via a confirmar «transformar-se-á numa importante vitória para os trabalhadores dos STCP e será também uma vitória dos trabalhadores e da população do Porto contra o tecto salarial e por uma vida melhor».

O comício terminou com a leitura da mensagem da CGTP-IN, lida por Kalidás Barreto, secretário nacional da CGTP-IN. Já pelas 19 horas, no termo do desfile que arrancara da Praça cerca das 14.30, foi a vez de Vieira Mendes, presidente do Sindicato da Função Pública-Zona Norte e dirigente da USP, ler a moção de que constavam reivindicações e aspirações de todos quanto saíram à rua neste 1.º de Maio de 81, moção que foi aprovada com uma estrondosa salva de palmas.

Poderosa afirmação de força, determinação e unidade, o 1.º de Maio no Porto mostrou ao mesmo tempo que os divisionistas da UGT estão isolados dos trabalhadores, das suas aspirações e da sua luta. À mesma hora em que na baixa portuense se tornava difícil avançar entre a multidão que se aglomerava, na Praça

Velasquez, onde só a burguesia tem levado a cabo o manifestações públicas, e onde agora a UGT promoveu as suas comemorações do 1.º de Maio, sobrava vazio muito, muito espaço na vasta Praça semicircular...

Assim o 1.º de Maio de 81, Dia Mundial do Trabalhador, foi uma dupla derrota para os divisionistas e para o Governo AD/Balsemão, foi um ponto alto do desenvolvimento da luta dos trabalhadores, a certeza de que existe a força necessária para novas vitórias e para a defesa definitiva de Abril.



A mesma festa a mesma luta em todo o país

O 1.º de Maio foi comemorado de Norte a Sul do país em dezenas de grandes iniciativas promovidas pelo Movimento Sindical Unitário, mobilizando muitas centenas de milhares de trabalhadores imantados numa mesma determinação, numa mesma confiança, numa mesma certeza de que a unidade na acção é e continuará a ser a alavanca da vitória. De Braga a Faro, dos Açores à Madeira, o povo saiu à rua em grandiosas manifestações; em muitas localidades consideradas as maiores desde 1974.

Foi o caso, por exemplo, de Coimbra, onde 25 mil a 30 mil pessoas participaram num desfile que se iniciou na Praça da República e culminou com comício e espectáculo no Parque da

Cidade. Muitos panos e bandeiras, muita participação e entusiasmo, muita alegria e também muita firmeza e espírito de luta, bem patentes nas palavras de ordem gritadas e nos

distícos que sobressaíam da multidão: «Pela defesa da Constituição de Abril», «Fora o governo AD/Balsemão», «A juventude diz: desemprego não», «Salário justo sem tecto salarial», «Cabaz AD» onde está que ninguém vê», «Viva a unidade dos trabalhadores e povos de todo o mundo», etc. Entre as palavras de ordem, duas se fizeram especialmente ouvir, saídas bem do fundo da determinação popular: «Balsemão para a rua», «O povo não quer governo AD no poder».

Também em Guimarães, no maior 1.º de Maio de sempre, duas dezenas de

milhares de manifestantes saíram à rua exigindo a demissão do Governo, num desfile caracterizado por grande entusiasmo em que foram apontadas as principais reivindicações dos trabalhadores.

No distrito de Aveiro, há a salientar a grande manifestação em S. João da Madeira, que juntou cerca de 10 000 pessoas, assim como as realizadas em Ovar (4 mil pessoas) e Agueda (3 mil). Em Aveiro, da parte da manhã, mais de três mil atletas participaram em diversas provas desportivas, presenciadas por milhares de pessoas, enquanto à tarde se

realizou um desfile de carros alegóricos em que os temas mais focados eram a defesa das nacionalizações e da Constituição, o não às armas nucleares, assim como — e o mesmo aconteceria no comício final — a subida do custo de vida, a repressão nas empresas e os atentados aos direitos e liberdades sindicais.

Reivindicações semelhantes foram expressas pelos milhares de trabalhadores mobilizados no distrito da Guarda, através de uma grande jornada de unidade concretizada em dez diferentes localidades, numa

demonstração de combatividade realmente notável, em que para além das manifestações houve também lugar para provas desportivas e espectáculos.

De sublinhar ainda a realização, nos dias 29 e 30, de diversos plenários em empresas (Fisel — mil trabalhadores); Vodra — 600; Sotave — 600; Império — 80; Têxtil da Costa — 400; Martinho, Fiel e Moura — 180; F. Camelo — 80).

No distrito de Leiria, as comemorações realizaram-se em 13 localidades diferentes com diversas actividades de carácter

cultural, recreativo e desportivo que culminaram com uma manifestação na capital do distrito em que participaram cerca de 20 mil pessoas. Também aqui, como tónica dominante da jornada esteve presente a exigência de «uma nova política económica e social», a «garantia de emprego», o «fim dos contratos a prazo», a «defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária», o «fim da escalada dos aumentos dos produtos de 1.º necessidade».

Das várias localidades das ilhas dos Açores onde se viveram intensamente as

comemorações, destacam-se: S. Miguel, com uma concentração promovida por uma comissão constituída por 16 sindicatos; Horta, com uma noite cultural e uma manhã desportiva a antecederem uma manifestação-comício; Terceira, Flores e Graciosa, com provas desportivas; e Sta. Maria com uma concentração.

Várias localidades do distrito de Vila Real foram palco da determinação e da vontade de muitos homens, mulheres e jovens que desceram às ruas. Em Lobrigos, S. Maria de Penagão, foi uma manhã desportiva com 80 atletas e, à tarde, um baile popular com 500 pessoas. Em Peso da Régua, houve provas desportivas, foguetes e morteiros, seguido de uma festa com ranchos folclóricos, fados e um baile. Em Chaves, um ambiente animado ao longo do dia envolveu os 100 atletas que participaram nas provas desportivas, as cerca de 1500 que acorreram à concentração-comício e as 5000 que foram ao baile. Festa popular, com banda e desfile de zés-pereiras, constituiu o programa em Montalegre que reuniu cerca de mil pessoas. Em Bragança, uma alvorada com foguetes deu início aos festejos que se prolongaram durante o dia com provas desportivas e uma concentração-festa em que participaram 2000 pessoas.

Estes são apenas alguns exemplos, contados em mais pormenor, do que foi por todo o país: a mesma luta, a mesma festa — com a certeza da vitória.



Dezenas de milhares de pessoas em Coimbra, descendo a Avenida de Sá da Bandeira a caminho do Parque da cidade onde se realizou a Festa-comício



Em Leiria, a mesma adesão, participação e entusiasmo verificados em todo o País

Trabalhadores

Mais uma derrota para o tecto/AD

— Transportes do Porto (STCP) obtêm um aumento da massa salarial superior a 25%

- Luta prossegue nas minas, RN, FP, Cabos Ávila, UTIC
- Na RN greve suspensa com base em 20%

Depois de um total de 10 dias de greve com uma adesão de 100 por cento, os cerca de 4500 trabalhadores dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP) conseguiram derrotar o Governo AD/Balsemão num ponto fulcral da sua política: a contenção dos salários em níveis incompatíveis com o aumento concreto do

custo de vida. Os mais de 25 por cento de aumento da massa salarial global, nomeadamente os 19,5 por cento obtidos nos salários, com efeitos retroactivos desde 15 de Março findo, constituem mais uma prova concreta da força da unidade e da acção por objectivos comuns. Entretanto e ainda sem confirmação no momento

em que escrevemos, os trabalhadores da Rodoviária anunciavam nova greve com início na madrugada de ontem, se até lá não se chegasse a acordo com o conselho de gerência. Na Função Pública, as formas de luta anunciadas, designadamente as paralisações que se prolongarão por onze dias abrangendo vários

sectores, entre 11 e 22 do corrente. Nas minas (Panasqueira e Valongo) eram entretanto cumpridas novas paralisações ou prosseguiam as anteriores formas de luta. Na Cabos Ávila, na UTIC e em muitas outras empresas, às questões de ordem salarial, juntam-se, sobretudo no sector empresarial do Estado, as acções

e diligências em defesa dos postos de trabalho e da própria viabilização económica das unidades industriais ameaçadas por uma política de crédito e de preços contrária às nacionalizações, por uma actividade continuada do Governo a favor do grande capital privado que ameaça alguns dos principais interesses económicos do País.



Paralisação — uma imagem que se repete nas Minas da Panasqueira

Urgências na indústria naval

- Semana de luta com forte adesão
- Setenave duramente afectada por uma política antinacional

A indústria naval, nacionalizada na sua maior parte ou com grande participação do Estado, designadamente a Setenave, Lisnave, Parry & Son, Arsenal do Alfeite e SRN (Sociedade de Reparação de Navios) aderiu recentemente em massa a uma semana de luta contra a crescente degradação do sector e contra o seu desmantelamento. Segundo um documento divulgado pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, a adesão foi superior a 90 por cento e estão previstas novas formas de luta e de acção se, entretanto, da parte do Governo não surgirem medidas que contemplem as reivindicações dos trabalhadores, de acordo com propostas apresentadas várias vezes e que incluem estudos sobre medidas financeiras em favor da construção naval.

Os 26 mil trabalhadores do sector recriam uma quebra no número de postos de trabalho e lutam pela garantia de emprego. Uma Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do sector tem vindo a público frequentemente para alertar nomeadamente contra o risco de reconstituição dos grupos monopolistas com

evidente destaque para o grande capital dos Mellos instalado na Lisnave.

Totalmente nacionalizada, a Setenave é preterida em proveito desse mesmo capital privado. Ainda recentemente, o Governo «AD» facilitou aos Mellos o prosseguimento da sua estratégia monopolista. Não autorizando a Setenave

a comprar a Estação de Desgaseificação da Mitrena e permitindo aos Mellos essa compra, o Governo pretendeu claramente estrangular o sector de reparações da Setenave. Em vez de proteger os bens nacionais, o Governo continua a facilitar a vida aos que querem metê-los no bolso.

Uma comissão nomeada em Junho do ano passado para apresentar até 28 de Janeiro de 1981 uma proposta de ASEF (Acordo de Saneamento Económico Financeiro) até agora não apresentou nada. Entretanto, a empresa mantém-se, segundo declaração do Governo anterior, em «situação económica difícil».

Sem crédito

Uma linha de crédito de 35 milhões de dólares (1,9 milhões de contos) continua por obter enquanto se adia por sistema o Acordo de Reequilíbrio Económico

e Financeiro, cuja proposta está em poder dos governantes desde o início de 1978. Acompanhada já pelo parecer favorável dos trabalhadores da Setenave, essa mesma proposta tem andado de comissão em comissão, sujeita a alterações constantes para se ir adaptando à também constante degradação económica e financeira da empresa que emprega cerca de 6500 trabalhadores.

Um contrato já assinado para a construção de três navios graneleiros, o acordo necessário com os armadores nacionais para a construção de mais dois navios («panamax») de 67 mil toneladas, o acabamento dos «S-104» e «S-106» e a obtenção de outras encomendas indispensáveis ao funcionamento normal da empresa não são situações susceptíveis de suportar adiamentos constantes. São necessárias soluções urgentes no que respeita à linha de crédito, à concretização do Acordo de Saneamento (ASEF), à audição das organizações representativas dos trabalhadores sobre as opções da empresa, sobre a garantia de emprego, e quanto à satisfação das reivindicações de ordem salarial e de outras que dependem fundamentalmente de decisões do Governo.

A política de porta fechada

Em troca de reivindicações realistas o Governo e a administração da Setenave propõem aumentos salariais da ordem dos 8 por cento. Numa tomada de posição recente,

ao fim de cinco dias alternados de greve (um dia em 13 de Março e mais 4 dias em Abril) a Comissão de Trabalhadores depois de sublinhar a justiça da luta, sempre pautada pela responsabilidade, e «pelo futuro estável da Setenave como grande unidade industrial do sector público» reafirma: «Não podemos de forma alguma aceitar para negociação uma proposta que, para além de irrisória, não prevê qualquer possibilidade de alteração salarial antes de 1 de Janeiro de 1982».

Num apelo ao bom senso de quem devia governar e gerir no interesse nacional, a CT da Setenave acrescenta: «Sabemos que a Administração está a cumprir ordens de um Governo que não está interessado em resolver os nossos problemas e os da empresa. É natural que com a «AD» no Poder se criem sérias dificuldades aos trabalhadores» — sublinha a CT — mas «o Governo está a causar enormes prejuízos à Setenave e à economia nacional».

Por isso e se entretanto a situação não se alterar, se designadamente não houver uma abertura para se sair desta fase de pré-negociação, os organismos representativos dos trabalhadores da Setenave foram já mandatados para adoptarem novas formas de luta, segundo decisão tomada pela Assembleia Geral dos Trabalhadores.

A serem postas em prática as novas formas de luta, que certamente voltarão a paralisar a empresa, estão previstas para a semana de 7 a 14 do corrente.

A propósito da RN

Quem «garante» e quem «gere» as empresas nacionalizadas

- Uma Resolução mal conhecida que o Governo não explicou

Na base do conflito na Rodoviária Nacional, com as consequências que se conhecem, designadamente os vários períodos de greve já cumpridos este ano, está uma Resolução do Conselho de Ministros que declara a empresa em situação económica difícil. Aparentemente, uma «situação» dessas deveria ser ordenada para reforçar e não para enfraquecer o sector empresarial do Estado. Não é porém o que sucede, como veremos a seguir.

Analizada ponto por ponto essa Resolução começa por fazer ressaltar logo de início uma diferença de fundo entre aquilo que designa por «função de garante» e «função de gerente». A primeira, tratando-se de «um serviço público» de «natureza marcadamente social» (são palavras da própria Resolução), caberia naturalmente ao Estado. Mas já o mesmo não sucederia à segunda. A gerência, que o mesmo é dizer a administração directa poderia, segundo a letra e o espírito da Resolução/AD, caber a uma entidade ou a entidades privadas, isto é, a qualquer grupo financeiro interessado nesta ou naquela parte da empresa, podendo até torná-la inviável como «serviço público» na sua

unidade. O que interessaria, segundo o Conselho de Ministros responsável pela Resolução — neste caso a 43-E/81 respeitante à RN, mas poderia ser outra porque há várias e são idênticas — era colocar o Estado apenas como o fiador inclusivamente dos lucros que iriam facilmente cair nas unhas do grande capital privado.

O ponto 2 — e a esse com o 1.º nos limitaremos hoje — vem reforçar ainda mais a clara intenção capitalista do citado documento do Conselho de Ministros que, como se sabe, na forma adoptada — a de Resolução — não passou pela Assembleia da República nem por qualquer outro órgão de soberania.

No entanto (e o parêntesis justifica-se) é incompreensível como um assunto destes que briga directamente com os fundamentos económicos do regime e com as disposições constitucionais que o garantem fique ao arbitrio de um Governo manifestamente contrário às linhas mestras desse regime democrático e à sua Lei Fundamental.

Mas adiante. A resposta dos trabalhadores à «situação económica difícil» tem evitado que tenham

aplicação prática alguns dos objectivos mais graves da Resolução/AD.

No ponto 2 desse documento, inteiramente recusado pelos trabalhadores e pelas suas organizações representativas, limita-se a «intervenção do Estado como gerente», o que quer dizer como administrador directo, a uma «actuação supletiva, complementar e correctora da iniciativa privada» (sinónimo neste caso de grande capital financeiro) apenas, onde e quando se afigurar imprescindível.

A clareza dos objectivos não pode ser maior. O Estado só se encarregará daquilo que a iniciativa privada não queira ocupar-se. E o que a essa «iniciativa» não convém é apenas tudo o que não seja lucro fácil, imediato e explorador.

Só para sublinhar mais uma vez aquilo que está mais que entendido, convém deixar expresso que quando se fala de iniciativa privada, em termos de Resolução/AD e em termos de sectores Transportes ou de outro sector com empresas do Estado, não é com pequenas empresas nem com pequenas poupanças que o Governo se preocupa. Preocupa-se apenas e seguramente com os antigos patrões.

Encontro de Pescadores «Programa de emergência» para a Costa Norte

Com a maior parte das atenções viradas para os problemas da segurança e do assoreamento das barras, sobretudo da Póvoa do Varzim e Vila do Conde, decorreu no último sábado, com início ao fim da tarde num cinema da Póvoa, o Encontro de Pescadores Sobre Segurança na Costa Norte. Durante o Encontro foi salientada a necessidade de se realizar uma grande iniciativa do género a nível nacional. A par de medidas urgentes, foi exigido do Governo um «programa de emergência» que, no prazo de um ano, dê satisfação a um conjunto de necessidades e carências no que respeita à Costa Norte.

Promovido pelas Comissões Concelhias do PCP da Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, o Encontro que contou com a presença do camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC do PCP, aprovou uma série de conclusões da maior

importância para a generalidade dos pescadores e outros trabalhadores do mar no que respeita a equipamentos modernos de salvamento; rádio-escuta permanente; abolição dos impostos de luxo para todos os meios de salvamento, quando destinados a barcos de pesca; vistorias regulares; meios de salvamento a bordo; cursos; reciclagem; descentralização e outras medidas para a aplicação das quais é necessária uma forte união de esforços, incluindo os órgãos de soberania, as autarquias e as populações, a fim de pôr a salvo as vidas dos pescadores, combater os riscos do mar e valer às famílias atingidas pelas tragédias da pesca que, só durante o ano findo, mataram 30 pescadores ao largo da costa Norte de Portugal.

No final do Encontro, que contou com a presença de duas centenas de pescadores e dezenas de outras pessoas interessadas no tema, Ângelo Veloso, de

improviso, valorizou a realização da iniciativa e o seu interesse para a classe, prometeu a continuação de apoio do PCP aos pescadores e sugeriu a efectivação de um Encontro Nacional que prolongue o debate e lhe dê uma expressão à escala de todo o país.

Bancos privados na versão «AD»

- Proposta de debate na Televisão

Alguns representantes e ideólogos do grande patronato, citados pelo Organismo dos Trabalhadores Bancários do PCP (Lisboa) num comunicado de 5 do corrente relacionado com a realização no Estoril do Congresso das Actividades Económicas, porfiaram nas «teorias para um aperfeiçoamento da política restauracionista dos monopólios». Designadamente João Salgueiro e Cavaco e Silva, o primeiro, presidente do Banco de Fomento (uma instituição nacionalizada), e o segundo, ex-ministro das Finanças no Governo anterior, procuraram inculcar na opinião pública a falsa ideia da «necessidade de bancos privados». Aquele Organismo do PCP, «para desmistificar mais esta operação de propaganda contra o sistema bancário nacionalizado», desafiou publicamente para um debate na TV o dr. João Salgueiro e o actual ministro das Finanças, Morais Leitão. Os bancários comunistas propõem que esse debate público se baseie nas seguintes questões:

Na perspectiva do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida do Povo português e da independência nacional, qual a «real necessidade» de bancos privados? E, na mesma perspectiva, quais as vantagens do sistema bancário nacionalizado?

O comunicado, que sintetiza os pontos de vista daqueles trabalhadores sobre o que consideram uma «operação de propaganda» restauracionista precisamente na altura em que o Governo AD/Balsemão tenta pela quarta vez rever inconstitucionalmente a lei de delimitação dos sectores público e privado, põe em relevo a veemência dos «ataques às nacionalizações e particularmente à Banca» por parte daqueles «representantes e ideólogos do grande patronato». Salientando a «grande propaganda» feita à volta do Congresso das Actividades Económicas «através dos meios de comunicação social para o efeito manipulados», o Organismo do PCP lembra

que «a TV, a RDP e toda a imprensa controlada e manipulada pela AD, que ignoram deliberadamente a opinião dos trabalhadores, das suas organizações e das forças democráticas, foram lesta a dar ampla cobertura às pretensões do grande patronato».

Os trabalhadores bancários comunistas, que já entregaram na direcção da RTP uma proposta para a realização do debate, entre os «representantes e ideólogos» do grande patronato presentes no Congresso, citam o dr. João Salgueiro (ex-colaborador de Marcello Caetano) e que hoje é presidente do conselho de gestão de um banco nacionalizado. Este sr. que foi o autor da «proposta» de entrega de bancos nacionalizados à «iniciativa privada», durante o citado Congresso do Estoril, foi (e não por acaso, faz notar o comunicado) recentemente nomeado presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro em Portugal.

Juventude

Domingo, em Lisboa

12.º ano vai a Tribunal!

- No início do ano lectivo os «acusadores» seriam 40 mil

Quarenta mil alunos com receio pelo futuro. Um ritmo de desistências impressionante. Selectividade profunda. Falta de professores e material pedagógico de apoio. Metade dos professores em regime de acumulação de emprego. Estabelecimentos com deficientes condições aos mais variados níveis. Vantagens para o Ensino Privado (onde há casos de corrupção) em detrimento do Ensino Oficial — estas são apenas algumas das características do 12.º ano de escolaridade, o sucessor do Propedêutico, que no próximo domingo vai a Tribunal (de opinião), na Faculdade de Direito de Lisboa, por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Como sublinha a organização, «no Tribunal Estudantil Acusa o 12.º ano, que decorrerá sob a forma de um tribunal de opinião, terão uma importância decisiva os contributos individuais e colectivos, apresentados como depoimentos. Eles serão o retrato mais fiel da realidade existente que o Tribunal se propõe analisar».

A criação do 12.º ano e seus objectivos, o funcionamento do ano lectivo, o acesso à Universidade e as saídas profissionais

serão temas particularmente em foco no decorrer dos trabalhos do Tribunal.

O «Avante!» ouviu dois camaradas da JCP, que nos revelaram vários pormenores sobre a importante iniciativa da JCP e também alguns problemas actuais do 12.º ano. Os nossos convidados foram: Paulo Areosa, membro do Secretariado e da Comissão Executiva da Comissão Central; e Pedro Ferreira, jovem estudante (Algés).

300 participantes

Disse-nos Paulo Areosa: «A actividade preparatória da nossa iniciativa — apontada em Fevereiro passado pela reunião da Comissão Central da JCP — decorreu tendo em conta cinco importantes direcções de trabalho: recolha de um inquérito sobre as condições de funcionamento do 12.º ano; preparação de depoimentos para o Tribunal traduzindo experiências vividas ou reflexões sobre o 12.º ano; divulgação da iniciativa, distribuindo a propaganda central (cartaz, autocolante e tarjeta) ou elaborando documentos próprios; convites a camaradas e amigos, jovens, estudantes, professores; e também a preocupação de aliar ao trabalho preparatório a acção reivindicativa em curso nas escolas».

O Tribunal decorrerá no Anfiteatro da Faculdade de Direito de Lisboa (Cidade Universitária), com os trabalhos divididos em três sessões: 1.ª — das 9 e 30 às

11 horas (discussão da 1.ª acusação: criação do 12.º ano e seus objectivos); 2.ª — das 11 e 30 às 13 (discussão da 2.ª acusação: funcionamento do ano lectivo); 3.ª — das 14 e 30 às 16 (discussão da 3.ª acusação: acesso à Universidade e saídas profissionais).

Das 16 e 15 às 17 e 30 as conclusões serão apresentadas e postas à votação. No intervalo do almoço haverá um pequeno convívio, estando prevista para as 18 e 30 uma visita guiada à exposição do 60.º aniversário do PCP, no Pavilhão dos Desportos.

A iniciativa da JCP, salienta-nos Pedro Ferreira, reunirá cerca de 300 pessoas, entre participantes e convidados. Do primeiro núcleo fazem parte militantes da JCP, estudantes do 12.º ano e professores convidados pelas organizações. Entre as estruturas convidadas contam-se a Juventude Socialista (JS), o Movimento Católico Estudantil (MCE),

UEDS, ASDI, MDP e órgãos associativos do Secundário e do 12.º ano (delegados, associações, comissões de luta, etc.).

Está praticamente assegurada a participação de jovens de diferentes tendências políticas, com destaque para Lisboa e Porto, prevendo-se mesmo a vinda de associações influenciadas pela JSD (organização juvenil do PSD).

Os órgãos do Tribunal

Procurando dar uma imagem viva e tanto quanto possível objectiva e realista de tudo o que se passa no 12.º ano e da forma como nasceu, o Tribunal Estudantil funcionará sempre em plenário composto pelos seguintes órgãos:

- A mesa, que dirige os trabalhos;
- O júri, que redige e apresenta os documentos a aprovar;
- A acusação, que apresenta os textos acusatórios e interpela os participantes;
- A defesa, que apresenta os

textos de defesa do 12.º ano (elaborados com base em intervenções na Assembleia da República, programa do Governo, entrevistas e artigos);

— Os participantes, que apresentam depoimentos e votam as conclusões.

No texto final — a sentença ou acórdão do tribunal — serão apresentadas propostas e ideias (algumas com carácter inovador) orientadas para a resolução dos problemas mais graves e das injustiças mais salientes resultantes do 12.º ano.

Estas propostas apontarão certamente para duas situações distintas: o 12.º encargo de forma geral; e as questões decorrentes deste ano lectivo (tentativa de minimização dos problemas actuais).

A JCP tem vindo a manifestar, desde há muito, a sua firme oposição ao carácter selectivo do 12.º ano e à divisão entre as duas vias: a que dá acesso à Universidade e a que aponta só para a formação profissional.

É difícil acreditar!...

A chamada via profissionalizante do 12.º ano motivou tanta desconfiança por parte dos alunos que, apesar de englobar 30 cursos diferentes, nem 15 por cento de estudantes ali se encontram inscritos. Mais: já após o início do ano lectivo, o Ministério nada dizia sobre as saídas da via profissional, que ainda hoje são incógnita (por exemplo; quando é que o MEC explica o que será o futuro dos «técnicos de ambiente», «gestores desportivos», etc.).

Na escola do 12.º ano de Algés mais de 50 por cento dos alunos já anularam pelo menos uma cadeira. Mas a situação não é assim apenas em Algés. O próprio Ministério alargou o prazo das anulações por mais alguns dias...

Os colégios da grande burguesia, em Lisboa, conseguiram o paralelismo pedagógico. Quer dizer: têm a mesma autonomia das escolas oficiais. E como a avaliação se faz com a fórmula nota de frequência mais nota de exame sobre três há quem consiga muito boas notas nessas colégios, onde parece que corrupção também marca uma certa presença... Quem frequenta o Ensino Particular, no caso do 12.º ano, tem de facto, mais hipóteses. É uma questão de encargos financeiros... Quer dizer: selectividade!

Os professores também são vítimas no 12.º ano: o MEC trata de lhes passar autênticos atestados de incompetência, uma vez que não podem dar notas aos alunos, mas sim percentagens, pois os computadores do Ministério é que classificam...

Os «cursos de reciclagem» organizados pelo MEC para os professores do 12.º ano tiveram a duração de dois ou três dias... No passado ano lectivo, a nota mínima de entrada em Medicina foi de 15,750.

SEMANA Internacional

29

Quarta-feira

Bobby Sands, a entrar no 60.º dia de greve da fome, é visitado na prisão de Maze por um enviado do papa João Paulo II, mas recusou-se a abandonar o seu protesto, dada a total intransigência das autoridades britânicas em reconhecer aos membros do IRA presos o estatuto de presos políticos. ■ Um procurador da lei marcial pede a pena de morte para o ex-vice-primeiro-ministro turco Alparslan Türkeş e 219 membros do seu partido de extrema-direita; o libelo divulgado à imprensa acusa Türkeş e os seus correligionários de lavantamento armado contra o Estado e tentativa para derrubar a ordem constitucional. ■ O dirigente do Partido Comunista Colombiano José Ignacio Mora é assassinado a tiro na povoação de Paujil, no sul do país.

30

Quinta-feira



Dois homens para uma presidência.

É divulgada uma sondagem em Paris que dá ao candidato socialista francês François Mitterrand 51,5% das opiniões favoráveis quanto à sua eventual eleição para presidente. ■ A publicação de novas revelações sobre a intenção fascista do passado do comandante da divisão blindada «Brunete» provocam tensões nos meios militares e políticos espanhóis, tendo o jornal madrilenho «Cambio 16» tido a sua tiragem suspensa pela polícia durante cinco horas. ■ Mais de 200 norte-americanos encabeçam uma marcha de milhares de estudantes e operários frente à embaixada dos EUA no México, em protesto contra os assassinatos da Junta de El Salvador e o auxílio que o governo de Washington presta a esses crimes. ■ O Partido Nacional, do chefe do Governo racista sul-africano Pieter Botha, desce 9% em relação às últimas eleições parlamentares realizadas há quatro anos pela e para a minoria branca do país, embora mantivesse a maioria; entretanto o Congresso Nacional Africano (ANC) já considerou as «eleições» dos racistas nulas para a maioria da população.

1

Sexta-feira

O 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, é festejado em todo o mundo como um dia de festa e luta; incidentes houve-os na Turquia onde a ditadura militar proibiu quaisquer manifestações, prendendo quatro pessoas, no Chile (200 prisioneiros) e sobretudo na Guatemala, onde a ditadura fascista assassinou 31 pessoas que, corajosamente, participavam numa manifestação contra a repressão e a opressão; também em Espanha e em especial no País Basco se registaram graves incidentes, tendo a polícia disparado balas de borracha e gases lacrimogêneos contra manifestantes que exigiam a independência do País Basco e o castigo para os militares golpistas do 23 de Fevereiro passado. ■ Os EUA, a Grã-Bretanha e a França vetam no Conselho de Segurança da ONU a aprovação de resoluções patrocinadas por países africanos, prevendo sanções económicas generalizadas contra o regime racista da África do Sul.

2

Sábado

Heng Samrin e os outros dirigentes da Revolução no Kampuchea são confirmados nos seus cargos pelas primeiras eleições gerais que se realizaram no país após o derrube do sangüinário regime de Pol Pot. ■ As forças de segurança da Irlanda do Norte entram em estado de alerta para um possível surto de violência caso Bobby Sands, em greve da fome, morra durante o fim-de-semana. ■ É libertado o general Jose Leon Pizarro, ex-chefe da Divisão de Infantaria Motorizada n.º 3, em Valência, após dois meses de prisão; Pizarro tinha sido destituído do seu posto na sequência do abortado golpe de Estado de 23 de Fevereiro. ■ A Central Operária Boliviana, em documento do seu Secretariado, anuncia que Jorge Kolle Cueto, secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia, foi barbaramente torturado pelas forças policiais da ditadura fascista boliviana, encontrando-se também em perigo de vida o dirigente camponês Gregorio Andrade.

3

Domingo



Willy Brandt

O nacionalista irlandês Bobby Sands agoniza na cadeia de Maze, em Belfast, após entrar em coma profundo ao fim de 64 dias de greve da fome. ■ O ex-chanceler da RFA, Willy Brandt, durante um congresso regional do Partido Social Democrata (SPD), no poder, denuncia que os EUA estão a fazer exigências absurdas ao governo de Bonn, afirmando que «é um deslize total quando pessoas não distantes do presidente norte-americano têm a presunção de dizer à República Federal da Alemanha como gastar o seu orçamento», respondendo assim aos «pedidos» do secretário da Defesa dos EUA, Gaspar Weinberger, durante uma recente visita a Bonn, para que a RFA invista menos em segurança social e mais nas despesas militares. ■ Hung Sen, ministro dos NE do Kampuchea, considera as eleições gerais realizadas no país como uma vitória popular contra todas as intrigas desestabilizadoras do inimigo.

4

Segunda-feira



O rosto do fascismo

A Junta fascista boliviana liberta o secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia, Jorge Kolle, «expulso» do país, na sequência de vigorosos protestos internacionais. ■ Atentados terroristas em Madrid e Barcelona, que causaram cinco mortos e seis feridos, agravam a tensão político-militar que se vive em Espanha desde a passada sexta-feira, entre as vítimas conta-se um general do Exército e dois guardas civis. ■ O secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, anuncia durante a reunião de ministros dos NE da NATO que os EUA tencionam retomar ainda este ano as conversações com a URSS sobre a limitação de mísseis nucleares na Europa, o que foi interpretado como o primeiro resultado positivo obtido pelas pressões ocidentais sobre a administração Reagan. ■ O presidente norte-americano Ronald Reagan pede a Israel «mais tempo» para que os esforços diplomáticos dos EUA possam resolver a crise israelo-síria. ■ O grupo de extrema-direita boliviana que, num sinal evidente das divisões que grassam entre os fascistas que dominam a Bolívia, havia sequestrado 52 reféns num campo de exploração petrolífera exigindo a demissão do «presidente» Garcia Meza, rende-se às forças militares da ditadura.

5

Terça-feira

Morre ao princípio da madrugada Bobby Sands, após 66 dias em greve da fome numa prisão de Belfast, na Irlanda do Norte, em luta pelo reconhecimento por parte do governo britânico do estatuto de presos políticos a todos os reclusos do IRA. Sands havia sido eleito para o Parlamento britânico, sendo a sua morte passível do estalar de conflitos de imprevisíveis consequências. ■ O primeiro-ministro sueco Thorbjørn Fälldin (centrista) decide fazer um «compasso de espera» após a demissão dos ministros conservadores do seu gabinete, ontem ocorrida. ■ Um membro do Parlamento indiano acusa um diplomata norte-americano em Cabul de ser agente da CIA e exorta o governo do seu país a impedir a sua colocação na embaixada dos EUA em Nova Deli.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 4 de Maio de 1970 a polícia norte-americana mata quatro pessoas e fere 15 no complexo universitário de Kent, nos EUA, durante a repressão de um comício de protesto contra a intervenção imperialista no Camboja, intervenção que agita praticamente todas as universidades do país.

Internacional

Bobby Sands morreu Quem responde por dois mil mortos?

Bobby Sands morreu. Ou melhor dizendo, foi assassinado pela política prosseguida pelo governo conservador britânico da sr. Thatcher.

Numa posição profundamente significativa, o governo britânico foi respondendo aos apelos para salvar a vida do jovem deputado irlandês, hoje morto, de forma clara: «...o governo não tem qualquer possibilidade de impedir a morte do sr. Sands, se ele estiver de facto decidido a morrer...»

E no entanto, evitar a morte de Sands dependia unicamente da aceitação de uma justa reivindicação dos presos políticos irlandeses — o reconhecimento do seu estatuto como presos políticos.

Na verdade os patriotas que na Irlanda, defendendo embora métodos de luta diferentes, se batem contra a dominação colonial inglesa, pela aplicação dos direitos democráticos no país, são presos ao abrigo de leis especiais, julgados por tribunais especiais, interrogados por métodos «especiais». Finalmente, depois da sua condenação, passam a ser considerados presos de delito comum. A que título?

Depois da morte de Sands

Como já estava previsto e até planeado, a morte de Bobby Sands desencadeou um novo auge de violência no país. Quando lhe foi perguntado o que aconteceria caso o jovem deputado irlandês morresse, o ministro inglês Michael Alison respondeu, demonstrando um cínico desprezo pela vida humana: «será levado num caixão». Mas o governo britânico não preparou só o caixão. Preparou também a ofensiva repressiva destinada a fazer face à expressão de revolta popular e mesmo utilizá-la para desferir sérios golpes contra a oposição ao seu domínio e à sua política.

Na noite de 29 de Abril a organização para-militar dos ultras protestantes «Associação de Defesa da Irlanda do Norte» salu à rua numa ostensiva demonstração de força. Por outro lado o dirigente protestante Ian Paisley, apelou às autoridades britânicas — e estes tipos de apelos são sempre bem atendi-

dos — para que enviassem novos efectivos militares.

Entretanto as autoridades britânicas desencadearam uma série de medidas de segurança excepcionais. Foi reforçada a vigilância militar e policial das ruas e edifícios públicos, canceladas as licenças a polícias e militares na Irlanda do Norte e, em Londres, proibido o trânsito de pessoas na rua da residência do primeiro-ministro. Várias dezenas de pessoas foram presas nos seis condados do Ulster, que constituem a Irlanda do Norte.

Ao longo de todo este processo, acentuado desde a eleição de Sands e o risco crescente em que se encontrava a sua vida, o Ulster foi palco de grandiosas e sucessivas manifestações de apoio aos grevistas da fome (e importa não esquecer que outros presos continuam esta luta, também com grave risco para as suas vidas) e pela implantação dos direitos democráticos no país.

Agora o protesto explodiu. A IRA Provisória, movimento a que pertencia Sands, utilizará este momento para intensificar a sua campanha militar. Quanto

às intenções das forças reaccionárias protestantes, são mais que claras. Ainda em fins de 1980, num programa da televisão, um dos dirigentes dos ultras protestantes, traçou as perspectivas de uma invasão dos bairros católicos e da «eliminação» de dirigentes da oposição.

Os verdadeiros responsáveis

No processo hoje desencadeado, importa não ignorar nunca, não escamotear quem são os verdadeiros responsáveis pelas vidas que agora irão tomar, pelos que já estão a morrer. Reafirmando uma posição sistematicamente tomada pelo Partido Comunista da Irlanda, afirmou o seu secretário-geral: «Nós somos contra esta tática na actividade da IRA «provisória», contra as bombas e os atentados; contra tudo isso. Mas, antes do mais, somos contra o terror que o exército britânico, as forças armadas britânicas trouxeram para o nosso país. Os actos da IRA «provisória» destinam-se a resistir a este terror. Não estamos contra essa resistência. Mas pensamos que

só as massas populares podem opor uma resposta à política de terror seguida pelo Estado. As explosões de bombas organizadas pela IRA «provisória» são obra de um pequeno número de pessoas. Condenando embora esta actividade da IRA «provisória», não devemos esquecer que o governo e o exército britânicos são os maiores responsáveis do terrorismo».

E essa responsabilidade abarca os dois mil mortos, vítimas dos conflitos iniciados em 1969.

Solidariedade em Portugal

Também aqui em Portugal os acontecimentos da Irlanda tiveram o seu reflexo. Na embaixada da Grã-Bretanha no nosso país foram entregues um abaixo-assinado com mais de seis mil assinaturas e um outro que reunia assinaturas de deputados de todos os grupos parlamentares excluindo o PPM. A concentração que deveria acompanhar a entrega dos abaixo-assinados foi proibida. O que é significativo. O debate realizado na Assembleia da República não é o menos.

Porque não foi aprovada nenhuma moção na nossa Assembleia da República?

Porque o CDS, o PSD, o PPM, consideram que na Grã-Bretanha impera uma democracia como eles gostam. E as decisões do governo de um país «democrático» devem ser respeitadas. Entendendo-se assim naturalmente por país democrático, por regime democrático, um regime que de facto condena à morte os que são conseqüentes com os seus princípios na defesa de justas — e na verdade elementares — reivindicações. Considerando-se um país democrático a mesma Grã-Bretanha que, como ficou provado em Strasbourg, em 1977, com provas insuspeitas, utiliza sistematicamente a tortura e a violência contra o povo da Irlanda do Norte.

Uma confirmação mais de que os conceitos de democracia da AD são idênticos aos da sr. Thatcher. Uma democracia que não serve a nenhum dos povos e para o povo irlandês significa a ausência de direitos democráticos e humanos. Mesmo o da vida.

Espanha: o terrorismo a fazer o jogo da direita

O terrorismo faz mais vítimas em Espanha. Em Madrid foi assassinado o general Andres Gonzalez de Suso, porta-voz para a imprensa do Ministério da Defesa. Quase simultaneamente foram mortos em Barcelona, capital da Catalunha, dois agentes da Guarda Civil. O atentado contra o general Gonzalez de Suso foi reivindicado pela GRAPO, organização que se autodenomina de antifascista mas que de facto se sabe ser dirigida por elementos da polícia ligados à extrema-direita espanhola.

Poucos dias antes três explosões em Madrid haviam sido reivindicadas pela organização de extrema-direita Grupos Armados Revolucionários (GAR).

O novo surto de terrorismo em Espanha foi de imediato utilizado pelos órgãos de informação ligados à direita

— e também em Portugal — para retomar o «slogan» político arvorado por Reagan: «luta contra o terrorismo», pretendendo-se identificar terrorismo e luta de libertação, terrorismo e luta anti-imperialista. Um maluco argumento justificativo da guerra-fria e da corrida aos armamentos, mas que esbarra com a realidade dos factos. Também agora em Espanha, onde os grupos terroristas que actuaram, apesar de nomes revolucionários e antifascistas, não passam de bandos da extrema-direita.

O terrorismo em Espanha tem as suas raízes. Não há que procurá-las nas forças verdadeiramente de esquerda. Nos que se batem pela mobilização das massas populares contra o perigo do fascismo, alimentado pela instabilidade actual.

A verdadeira base da

instabilidade política, do golpismo, do terrorismo, está na persistência, em Espanha, do aparelho de Estado fascista, que se mantém intacto aos mais diversos níveis — nomeadamente militar, judicial e policial. Na manutenção do poder dos monopólios, numa política de ainda maior estreitamento de laços e dependência em relação ao capital internacional e ao imperialismo, que se reflecte, por exemplo, na grande pressa — apesar de uma global contestação nacional e internacional ou talvez por isso mesmo — de integração na NATO.

E não é por acaso que o terrorismo se acentua nos momentos de maior tensão, quando, como agora, é real a instabilidade no seio das Forças Armadas. Porque o terrorismo faz, ostensivamente, o jogo da extrema-direita.

Kampuchea, uma revolução que se consolida e defende

• A conspiração imperialista

No primeiro de Maio realizaram-se no Kampuchea as primeiras eleições para a Assembleia Nacional. 117 deputados, entre 148 candidatos (incluindo 22 mulheres e 13 membros de minorias étnicas), foram eleitos por sufrágio universal em 20 distritos eleitorais.

Estas eleições realizam-se cerca de um mês depois das eleições municipais — as primeiras eleições democráticas alguma vez realizadas num país sucessivamente submetido, depois dos tempos feudais, ao colonialismo francês, à «ditadura paternalista» de Sihanouk, à ditadura de Lon Nol instalada pelos americanos e finalmente à sangüinária ditadura pró-chinesa de Pol Pot. Até à libertação, em 7 de Janeiro de 1979.

O processo eleitoral, encetado a 1 de Março (para as eleições municipais) foi cuidadosamente preparado e profundamente democrático. A escolha dos candidatos processou-se através dos comités populares. Depois dessa selecção, as biografias dos candidatos eram afixadas no exterior dos locais de voto, para que todos pudessem assumir uma criteriosa opção pessoal antes de depositar o seu voto. Na fase final das eleições, em 22 de Março, a votação — nos dez distritos mais densamente povoados — teve uma participação de quase 100%.

As eleições realizadas no Kampuchea constituem não só uma clara e inequívoca resposta às pretensões do imperialismo, à persistente e caluniosa propaganda burguesa que insiste na tese de que o país está dominado pelo Vietnam, como reflecte a estreita ligação entre a Frente de Salvação Nacional do Kampuchea (FUNK) e as massas, base do largo caminho percorrido desde a libertação nos domínios da economia, educação, saúde pública e até segurança (ainda não há muito era arriscado o trabalho agrícola e piscatório em certas zonas, flageladas pelos restos de bandos de Pol Pot), assim como no que se refere à reconstituição das famílias separadas e das aldeias e cidades antes despojavadas por uma política anacrónica fundamentada no machismo.

No dia 22 de Março, dia do encerramento das eleições presidenciais, cantava-se e dançava-se no exterior dos compartimentos de voto. Um sintoma e um símbolo da normalização da vida democrática, do profundo apoio popular ao processo em curso no país.

Aliás a normalização da vida no Kampuchea não pode deixar de ser internacionalmente reconhecida. Impossível ignorar um processo em que no escasso período de dois anos a capital passou de cidade quase completamente abandonada, no sentido literal do termo, a uma cidade plena de vida, com cerca de 350 mil habitantes. Assim, já este ano, o relatório

com Haig. No final das conversações o ministro tailandês afirmou que estava «de acordo com todas as propostas dos Estados Unidos, e em particular no que respeita ao problema da segurança na nossa região». No dia 23 de Abril, a China, pela primeira vez oficialmente, forneceu armamento aos bandos de Pol Pot.

Entretanto, na primeira quinzena de Fevereiro, Sihanouk, declarou-se disposto a formar uma «ampla coligação», ou uma «frente unida» contra o regime popular do Kampuchea, intenção denunciada no país como produto dos novos esboços de Pequim para formar uma frente de traidores kampucheanos.

A formação desta «frente unida» foi também referida pela revista norte-americana «Time». O plano do primeiro-ministro chinês era nem mais nem menos que a formação da «frente» com elementos anti-vietnamitas, que entraria em Phnom Penh e promoveria «eleições livres», supervisionadas por tropas da ASEAN e dos Estados Unidos.

O plano é mais que claro: liquidação do processo revolucionário e da vida democrática no Kampuchea, através da intervenção de tropas estrangeiras, e mesmo intervenção militar directa do imperialismo. E desta forma uma nova

possibilidade de ingerência e domínio no sudeste asiático.

Não se trata entretanto nem da primeira nem da única ameaça. A ameaça contra o povo do Kampuchea tem carácter permanente. Os bandos de Pol Pot mantêm-se na fronteira da Tailândia com o Kampuchea e, sempre que lhes é possível, fazem incursões. São treinados, instruídos, armados, na Tailândia. Com armas e instrutores norte-americanos e chineses. Muitos transformaram-se de facto em bandos profissionais, que cometem assassinatos e roubos à mão armada de ambos os lados da fronteira, mesmo contra a população tailandesa. São os «soldados» de Pol Pot, com que a reacção conta para concretizar os seus planos.

Há alguns meses, em Junho de 1980, realizou-se em Phnom Penh o julgamento de alguns dos chefes destes grupos. Também estes tinham constituído um «governo» e repartido entre si os diversos cargos, escolheram mesmo bandeira e tinham assegurado o reconhecimento por parte do governo tailandês logo que declarassem a revolta no país. Não tiveram essa possibilidade. O povo do Kampuchea não está disposto a dar à reacção semelhantes oportunidades.

Mas os perigos persistem. O golpe agora em preparação não pode ser subestimado, tanto mais que se insere na perigosa política externa promovida pela administração Reagan.

Jorge Kolle libertado

• Vitória da solidariedade

Jorge Kolle, primeiro secretário do Partido Comunista da Bolívia, foi extraditado, tendo chegado no fim-de-semana à capital belga. Jorge Kolle tinha sido preso na cidade de Copacabana, e foi barbaramente torturado enquanto esteve detido pela Junta fascista do poder na Bolívia.

A sua libertação reflecte por um lado a força da luta do povo boliviano e da solidariedade internacional, e por outro a própria instabilidade da situação na Bolívia, onde as hostes fascistas se continuam a degradar entre si.

Entretanto a repressão prossegue no país. Como muito recentemente foi denunciado pela Central Operária Boliviana (COB), os bandos paramilitares prendem matam pessoas, na mais total impunidade. Mas a luta

continua. «Não obstante as difíceis condições afirma a COB — impostas pelo regime repressivo — amplos sectores sociais mantêm e desenvolvem uma forte resistência».

Esta situação exige uma activa solidariedade internacional. Solidariedade entre, aliás, que se fez sentir logo após ser conhecida a prisão de Jorge Kolle. O PCP dirigiu à embaixada da Bolívia em Portugal um telegrama que afirmava: «Preocupados informações agências noticiosas prisão e torturas que põem em risco de vida Jorge Kolle, secretário-geral do Partido Comunista da Bolívia, exprimimos enérgica condenação comunistas portugueses este novo acto de repressão». Junta Militar. Exigimos sua imediata libertação assim como demais presos políticos».

PCP

A Exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP abre hoje as suas portas

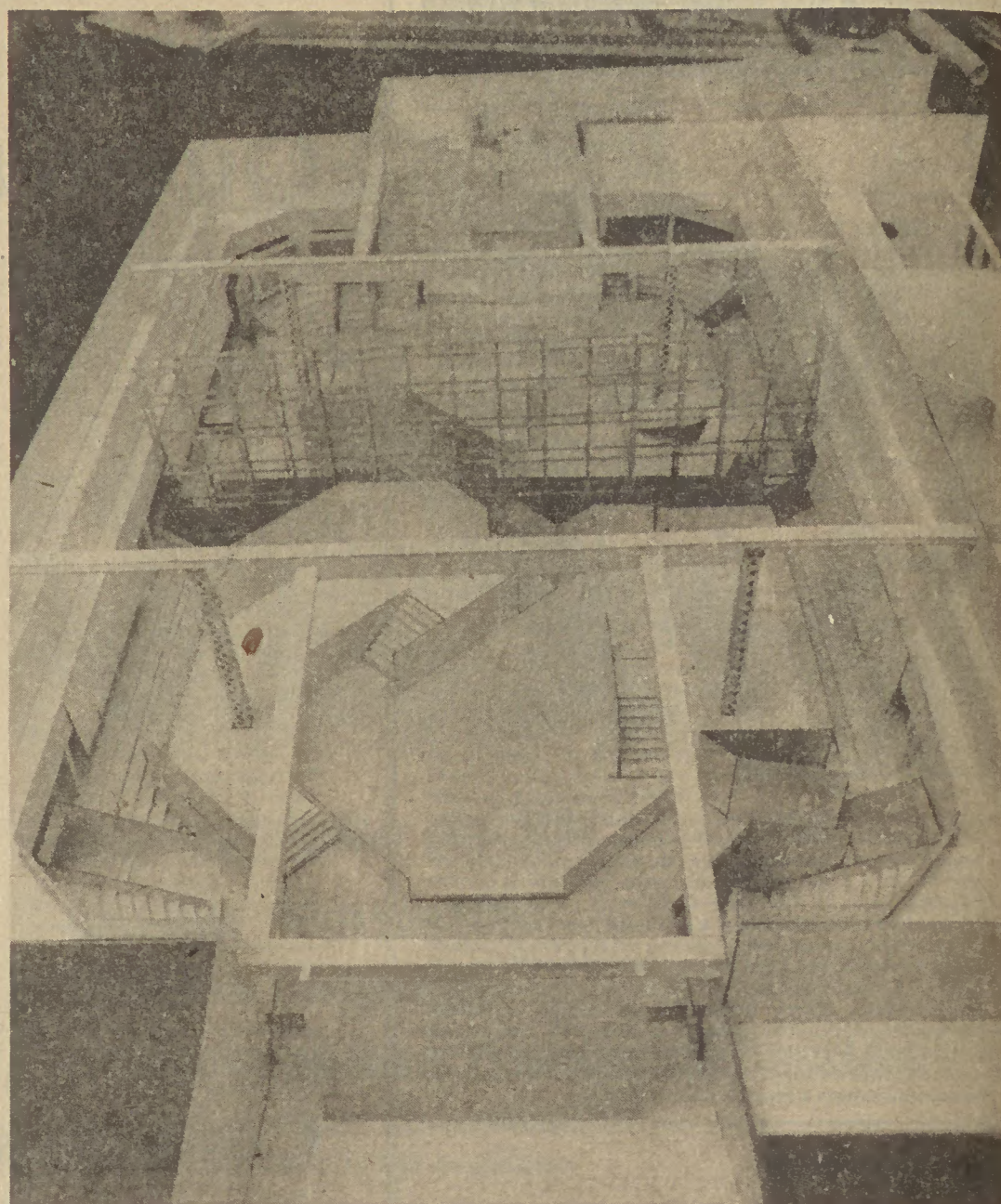
É hoje mesmo, às 21 horas, que se inaugura a exposição comemorativa do 60º aniversário do PCP. A essa hora abrem-se as portas do Pavilhão dos Desportos que, durante pouco mais de duas semanas, sofreu uma modificação completa no seu interior. Estará completamente irreconhecível para o visitante que, até 24 de Maio, poderá «ler» a História do Partido Comunista e de Portugal desde o nascimento da classe operária até aos nossos dias. Estruturas modificaram o espaço, modelando-se à exposição, às ideias, aos temas. Mais de 700 metros quadrados de novos pavimentos, criaram um itinerário novo dentro do pavilhão, defendendo cuidadosamente as superfícies. 795 painéis, em 4 000 m2, através da

cor, da fotografia e do texto, mostrarão a História. Todos os dias, das 18 às 23 horas. Aos sábados e domingos, entre as 15 e as 23 horas. Exposição realizada pelos comunistas e dirigida a todos os democratas, falando através da fotografia e do documento, do mapa, do gráfico e do esquema, do cartaz, da imagem projectada e do diaporama, da música, do desenho, da pintura e da escultura, trata-se naturalmente de um empreendimento de grande envergadura e para o qual contribuíram dedicadamente muitos camaradas. Falando da vida e da luta dos comunistas, a exposição é muito mais que a História do PCP e lança luz sobre muitos dos aspectos da luta dos democratas e do movimento operário nos últimos sessenta anos, ao

mesmo tempo que pretende contribuir positivamente para a solução dos problemas políticos actuais. Mais de 6 mil documentos evocam vários momentos da actividade dos comunistas e de outras forças antifascistas. A exposição inicia-se com uma cronologia — reposição da História — por tuguesa desde o início da formação do capitalismo português e do aparecimento da classe operária, cronologia acompanhada de uma outra que a integra na história mundial. Numa primeira zona — o pavilhão fica dividido em duas grandes zonas por uma estrutura alta de 18 metros —, assiste-se, através da documentação, que é em grande parte inédita, ao crescimento da classe operária e do movimento operário até ao momento em que se manifestou

a necessidade da criação de um partido seu e a consequente formação do PCP. Os I e II Congressos, o advento do fascismo e a repressão terrorista que se abateu sobre os democratas com especial incidência sobre os comunistas e sobre a classe operária é outra das etapas da exposição, que continua com a reorganização das fileiras comunistas e a actividade do PCP nos anos 30, a partir da criação de estruturas clandestinas. Depois são os outros grandes momentos da luta contra o fascismo: os anos 40, altura em que o PCP se torna um grande partido nacional, com uma actividade regular e ligada às massas; os anos 50 e as lutas decisivas no combate à ditadura; os anos 70, os últimos anos do fascismo e as lutas que criaram as condições para

que o 25 de Abril fosse, finalmente, possível. Os mártires do fascismo, a actividade clandestina, a vida e a luta nas prisões fascistas são ainda aspectos, nesta primeira zona, representados com destaque. E chegamos ao 25 de Abril! A expressão livre e aberta do Partido, a confirmação do PCP como o partido mais largamente implantado na classe operária. O movimento popular que transformou a realidade no nosso país, o balanço das conquistas da revolução, a actividade do Partido nestes anos, são os aspectos mais marcantes da segunda zona da exposição que, por fim, como não podia deixar de ser, aponta o itinerário a que convida o visitante: as propostas dos comunistas encerram a longa caminhada de sessenta anos. Uma caminhada que abre os caminhos do futuro.



Proença de Carvalho quer a liquidação da RTP — denunciam comunistas da Televisão

Sob a direcção de Proença de Carvalho, uma equipa diversificada trabalha para a liquidação da RTP — acusa um comunicado da Célula da Radiotelevisão Portuguesa do PCP, saído recentemente a público, denunciando ainda que tal equipa trabalha para a alienação das responsabilidades da empresa em relação à democracia e para a degradação profissional dos trabalhadores.

Reafirmando que a demissão de Proença de Carvalho é uma exigência nacional e dos trabalhadores da empresa, o documento refere o apertado controlo de sectores vitais que servem hoje à propagação 'AD', tais como a Informação e Programação. A mentira e a falta de objectividade procuram iludir o país real, a experiência cívica e concreta dos cidadãos — prossegue o comunicado, sublinhando o clima de desorganização, arbitrio, irresponsabilidade e corrupção instaurado por um reduzido número de «homens de mão» colocados em posições que permitissem a vitória eleitoral da «AD» e do seu general de S. Nicolau.

CONTRA A DEMOCRACIA

O escândalo — entenda-se a informação manipulada ao serviço da 'AD' — traduz-se no tom propagandístico utilizado em relação às suas iniciativas; no contraste deste com o tom especulativo usado para com a oposição; miscondo-se nas questões internas de alguns partidos, apostando na divisão — afirma ainda o documento da célula. E aponta exemplos — ministros e secretários de estado que aparecem vezes sem conta, ameaças a jornalistas que não partilham das opiniões de Duarte Figueiredo, promoção fulgurante de incompetentes — exemplos de como a informação da RTP é feita contra a democracia. Outros exemplos, dando a RTP como sucursal da Casa Branca, demonstram que a televisão faz a política contra a paz.

CONTRA OS TRABALHADORES

Os comunistas denunciam ainda a política contra os trabalhadores desenvolvida pelo conselho de gerência

— desrespeitando a Comissão de Trabalhadores, afastando delegados sindicais dos concursos, sancionando processos de admissão fazendo-os depender de critérios políticos, praticando uma política de divisão, colocando-se na ilegalidade ao não cumprir a Lei da Amnistia. E mais: recusando aos representantes dos trabalhadores eleitos tomar posse dos seus lugares nos Conselhos de Gerência e da Fiscalização.

Afirmando que o projecto de liquidação da RTP, apesar das tentativas de divisão dos trabalhadores, não será conseguido, a Célula comunista apela para o reforço da actividade sindical e para uma intervenção organizada em todas as questões da empresa, exigindo, ao mesmo tempo, a demissão imediata de Proença de Carvalho e da sua chefia, a organização, planificação e chefias competentes, a valorização da actividade profissional e respeito pelo da RTP e, finalmente, a moralização da gestão e correcção de todas as irregularidades.

5.ª Festa Popular de Alverca

Está em fase adiantada de preparação a 5.ª Festa Popular de Alverca, iniciativa integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP e que decorrerá nos dias 29, 30 e 31 deste mês, no jardim do Bairro.

Bar, bancas, vendas de artesanato e doçaria, quermesse, pavilhão político, representação dos Pioneiros e auditório são alguns dos atractivos da Festa, cujo programa incluirá, entre outras, as seguintes iniciativas:

Dia 29 — Ranchos folclóricos e baile;

Dia 30 — Manhã desportiva (damas, xadrez e chinquinho); Mercado da Reforma Agrária (com uma UCP de Évora); prova de ciclismo para não federados; 1.º Festival da Canção Popular de Alverca; variedades e intervenção política.

Dia 31 — Actividades infantis (pintura, modelagem, gincanas com bicicletas e triciclos, canções, etc.); Canto Livre e Fado de Abril.

Está prevista a apresentação de 5 filmes e a realização de 2 colóquios (um sobre armamento nuclear e outro sobre música rock).

No próximo domingo

Estafeta entre Sacavém e S. Iria de Azóia

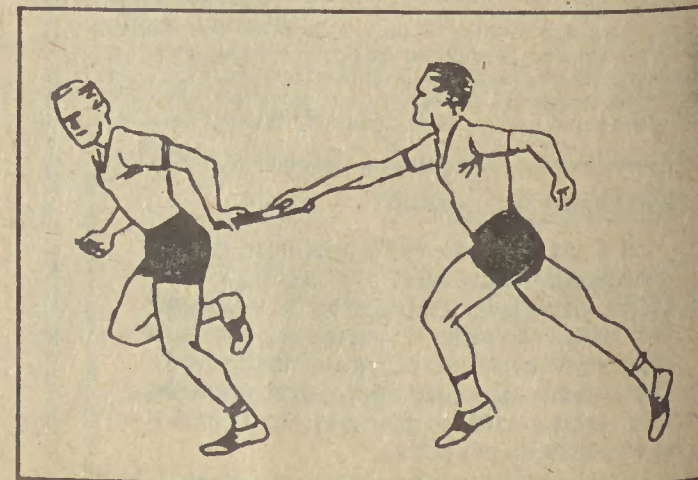
A Comissão Concelhia de Loures (Zona Oriental) do PCP promove no próximo domingo uma prova de atletismo no percurso compreendido entre Sacavém e S. Iria de Azóia, na estrada nacional n.º 10, com início às 10 horas.

A iniciativa, que se integra nas comemorações do 60.º aniversário do Partido, tem o seu percurso dividido em quatro troços: Fábrica da Loíça — Trellaria (1000 metros); Olalo (1200 metros); Copam — Covina (1600 metros).

A prova, na variante de estafeta, será disputada por equipas de quatro atletas, cabendo a cada um a cobertura de um dos troços da corrida, à sua escolha.

Poderão participar nesta estafeta indivíduos de ambos os sexos, com idade não inferior a 15 anos e representando clubes, empresas, bairros, ou simples equipas formadas de momento.

Os atletas que percorrerem o primeiro troço da corrida serão



Plenário de quadros em Alcácer do Sal

No âmbito das comemorações do 60.º aniversário do Partido, decorreu recentemente, na Casa do Povo de Alcácer do Sal, um plenário concelhio de quadros que contou com a presença de 56 camaradas de 12 organizações.

Realizado num período de crescente ascensão do movimento de massas e num concelho onde o PCP é de longe o partido mais forte (um em cada nove eleitores é militante do Partido), este encontro, inserido na preocupação do constante reforço da organização.

No plenário a que estiveram presentes os camaradas Carlos Ramires, membro do CC e Vitor Proença, da DORS, responsável pelo concelho, foram tomadas várias decisões relativas à actividade do Partido e à luta dos trabalhadores.

Num comunicado distribuído, contendo as conclusões da reunião, é referida «a vontade de dar mais vida aos organismos do Partido, formar novas células e dar particular atenção à organização na vila de Alcácer e dos trabalhadores da Câmara».

Depois dos resultados do ano de 80, com a filiação de mais de duas centenas de camaradas, é salientado «o contínuo crescimento do PCP» apontando como meta o recrutamento de 240

novos militantes para o ano de 1981.

Alertando sobre a importância dos fundos como um factor imprescindível na vida do Partido, os camaradas presentes sublinharam a necessidade de recuperar mais quotas em atraso, bem como a actualização do valor de cada uma».

«Também aumentaram o número de iniciativas, no ano de 1981. Desde Janeiro já se realizaram quatro iniciativas de fundos e seis de esclarecimento. São os bailes, as rifas, as 'vacadas', os almoços, as festas, o 'sai-sempre', etc.» — destaca-se no mesmo documento.

Inimamente ligada à luta dos trabalhadores, a organização do Partido está atenta à Reforma Agrária, e aos violentos ataques desferidos pelo Governo Balsemão contra esta conquista da Revolução de Abril. Apura o documento: «dos 12 mil hectares de terra roubados pelo MAP às cooperativas do concelho, a larga maioria estão abandonados, cinco cooperativas foram destruídas e 300 trabalhadores ficaram sem emprego».

É perante esta situação que o «PCP apoia e apoia a incansável luta dos trabalhadores» da Reforma Agrária pela sua defesa, pelo pão e o trabalho».

De acordo com o texto agravava-se a situação dos pequenos e médios agricultores com os aumentos dos adubos e pesticidas a que se vieram juntar os aumentos das rações. E pergunta: «como poderão com todos os entraves existentes, continuar a sobreviver os pequenos agricultores do concelho?».

Os camaradas presentes no plenário afirmam que se «agrava a vida da população laboriosa da Alcácer. Aumentam os preços sem equivalência nos aumentos de salário e reformas. Os pequenos e médios comerciantes e industriais sentem cada vez maiores dificuldades, vendo alguns deles a falência à porta».

Perante esta situação, conclui o comunicado que «mais do que nunca, para a derrota de direita, se torna necessária a unidade entre todos os trabalhadores, independentemente das suas opções políticas».

Romagem em memória de Pedro Soares e Maria Luísa C. Dias

A DORL, a Direcção do Sector Intelectual, a Direcção do Sector dos Professores e a Direcção do Sector de Saúde da ORL do PCP promovem no próximo domingo, às 11 horas, uma romagem à campa dos camaradas Pedro Soares, membro do CC, e Maria Luísa Costa Dias, na passagem do sexto aniversário do seu falecimento, vítima de brutal acidente de viação ocorrido em 10 de Maio de 1975.

No acto, Carlos Aboim Inglês, membro do CC e da DORL do PCP, evocará a memória dos camaradas desaparecidos.

Todos os camaradas das organizações do Partido da cidade de Lisboa, companheiros de prisão, resistentes antifascistas, antigos colegas e amigos, assim como todos os democratas em geral que se queiram associar à homenagem, poderão concentrar-se à entrada do cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, às 11 horas da manhã.

Actividades dos Pioneiros • Setúbal • Lisboa • Alcochete • Moita

No próximo domingo, Setúbal acordará mais bonita!

Algumas centenas de Pioneiros virão povoa-la nesse dia. Trazem o seu lenço vermelho ao pescoço e a alegria contagiante das crianças. É o 1.º Encontro Distrital de Pioneiros!

Será nessa altura e pela primeira vez que os Pioneiros e seus convidados se encontram para falar sobre a sua organização — o que tem sido, o que desejam que seja no futuro. Mas nos intervalos dessa grande conversa haverá cantigas, poemas, adivinhas, mímica, etc, para animar a discussão.

De tarde o desporto não faltará e nele poderão participar todas as crianças que queiram. Haverá atletismo, corridas de barcos no lago do parque do Bonfim, jogos populares e outras iniciativas. Presente estará também uma pequena exposição sobre a organização e um mini-bar.



AGENDA

- Amanhã, dia 8**
No Centro de Trabalho, em Alcácer do Sal, às 20 e 30, projecção de slides sobre a História do Partido.
- Sábado, dia 9**
No Salão dos Ferrovários, às 15 horas, Assembleia da Organização da Freguesia do Barreiro.
No CT da Moita, às 14 e 30, plenário de quadros das empresas, com a seguinte ordem de trabalhos: as células no 60.º aniversário e a situação política e social.
No CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, às 15 horas, reunião com elementos do Organismo da Serra (distrito de Coimbra) e camaradas naturais dos concelhos de Arganil, Góis, Loulé, Mirand do Corvo, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova e Vila Nova de Poiares, residentes na área da Grande Lisboa.
Em Santa Suzana (Alcácer do Sal), às 21 e 30, baile com o acordeonista Nunes Sabino.
- Domingo, dia 20**
No Pinhal da Santos Fernandes (junto do apeadeiro de Sarilhos), durante todo o dia, convívio alentejano, com intervenção política de Margarida Tengarrinha.